

19 pessoas morrem em acidentes de viação em Moçambique

Os acidentes de viação causaram 19 mortos e 38 feridos graves e ligeiros, há uma semana, em algumas estradas moçambicanas, informou esta terça-feira (05) o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Texto: Redacção

O período em referência é de 23 de Fevereiro passado a 01 de Março corrente. As autoridades policiais indicam que houve registo de 25 sinistros rodoviários, 15 dos quais do tipo atropelamento.

O excesso de velocidade e a má travessia de peões foram as principais causas, de acordo com um comunicado enviado ao @Verdade pelo Departamento de Relações Públicas da PRM.

Durante a fiscalização, a Polícia deteve 20 indivíduos acusados de condução de condução ilegal e outros sete por alegada tentativa de suborno a alguns agentes da Polícia de Trânsito (PT).

Numa outra operação, a corporação deteve mais de 10 cidadãos, acusados de prática de vários crimes, tais como posse ilícita de armas de fogo e caça de animais protegidos por lei, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Tete.

Governo de Nyusi gastou em combustíveis tanto quanto investiu na Saúde em Moçambique



O Governo de Filipe Nyusi, que decretou o término do seu ónus na emissão de garantias bancárias para a aquisição de combustíveis líquidos, endividou o povo em mais de 22 bilhões de meticais para financiar a importação de gasolina, gásóleo, GPL e petróleo de iluminação durante o ano de 2018. No mesmo período investiu somente 22 bilhões de meticais em todo o sector da Saúde.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Amade Abubacar está a definhar na cadeia em Cabo Delgado, denuncia a Amnistia Internacional

Passaram nesta terça-feira (05) dois meses em que o jornalista da Rádio Comunitária Nacedje e colaborador da Zitamar News, Amade Abubacar, está privado de liberdade, em Cabo Delgado, acusado de "instigação pública com recurso a meios informáticos". A Amnistia Internacional (AI) revelou que o jornalista está a passar por maus-tratos, perante a insensibilidade das autoridades judiciais e governamentais.

Texto: Emildo Sambo



Amade Abubacar foi preso por entrevisar e fotografar populares que chegavam à vila de Macomia, à procura

de refúgio na sequência dos ataques perpetrados por grupos armados, desde 05 de Outubro

continua Pag. 02 →

Governo e Renamo actualizam grupo de desarmamento para a paz

A Presidência da República anunciou, na terça-feira (05), a extensão do número de elementos que integram o Grupo Técnico Conjunto para o Desarmamento, a Desmobilização e a Reintegração (GTCCDDR) dos guerrilheiros da Renamo.

Texto: Redacção

O conjunto passa a ter seis pessoas, contra as anteriores quatro, sendo três do Governo e igual número do principal partido da oposição no país.

Os representantes do Executivo são o brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa, o tenente coronel Gabriel Macha e superintendente da Polícia da República de Moçambique (PRM) Sansão Jossias Sigáúque. Este último é o que acaba de ser integrado no grupo.

Do lado da Renamo, os representantes são o brigadeiro David Manuel Gomes, o coronel Domingos Manuel Joaquim e o tenente coronel Evaristo Massave. Os dois primeiros não faziam parte da composição aprovada pelas partes em Agosto de 2018, aquando da comunicação dos consensos.

“Os grupos de trabalho retomam as suas actividades, imediatamente”, segundo um comunicado enviado ao @Verdade.

O documento acrescenta que a actualização do GTCCDDR ocorre no “quadro da implementação do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, aprovado no dia 06 de Agosto de 2018, e à luz do encontro havido no dia 27 de Fevereiro de 2019”, entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Ossufo Momade.

As negociações entre as partes, para a paz efectiva e peregrina, acontecem há mais de um ano.

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 01 - Governo de Nyusi gastou em combustíveis tanto quanto investiu na Saúde em Moçambique

No âmbito da consolidação fiscal que supostamente está a implementar no seguimento do agudizar da crise económica que foi precipitada pela descoberta das dívidas ilegais o Executivo decidiu primeiro eliminar o subsídio aos combustíveis, em 2016, e decretou, em finais de 2017, que não iria continuar a emitir as necessárias garantias bancárias para a importação da gasolina, gasóleo, GPL e petróleo de iluminação.

No entanto o @Verdade descobriu que o Governo continuou a financiar a importação dos combustíveis endividando-se junto do Banco de Moçambique. No 1º trimestre contraiu um crédito de 6,2 biliões de meticaís, no 2º trimestre contraiu novo crédito de 6,2 biliões de meticaís e no 3º trimestre de 2018 voltou a contratar outro crédito de 6,2 biliões de meticaís, todos “destinado a abertura de garantias junto ao Sindicato Bancário (BIM/BCI) para servir de colateral na importação de combustíveis, a ser amortizado até ao final do exercício, isento de juros”, de acordo com os Relatórios de Execução Orçamental.

Resolução n.º 8/2019
de 13 de Fevereiro

Havendo necessidade de dar cumprimento às formalidades previstas no n.º 2 do artigo 13 do Decreto n.º 77/2017, de 28 de Dezembro, o Conselho de Ministros determina:

Único: É ratificado o Termo da Garantia, emitido em 27 de Dezembro de 2018, no montante de 2.343.189.716, 04 (dois mil, trezentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro centavos), destinado ao apoio a PETROMOC na importação de combustível no período de 26 de Dezembro de 2018 a 04 de Janeiro de 2019, junto do Millenium Bim.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 5 de Fevereiro de 2019.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

Resolução n.º 9/2019
de 13 de Fevereiro

Havendo necessidade de dar cumprimento às formalidades previstas no n.º 2 do artigo 13 do Decreto n.º 77/2017, de 28 de Dezembro, o Conselho de Ministros determina:

Único: É ratificado o Termo da Garantia, emitido em 27 de Dezembro de 2018, no montante de 1.868.012.959,39 (mil, oitocentos e sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e nove meticaís, cinquenta e quatro centavos), destinado ao apoio a PETROMOC na importação de combustível no período de 26 de Dezembro de 2018 a 04 de Janeiro de 2019, junto do BCI - Banco Comercial e de Investimentos.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 05 de Fevereiro de 2019.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.


Em meados do ano passado o ministro da Economia e Finanças explicou ao @Verdade que os créditos eram necessários porque os bancos comerciais deixaram de aceitar as garantias do Estado moçambicano.

121. Ainda neste período, foi contraído junto do Banco de Moçambique um crédito de 6.200,0 milhões de Meticaís destinado a abertura de garantias junto ao Sindicato Bancário (BIM/BCI) para servir de colateral na importação de combustíveis, a ser amortizado até ao final do exercício, isento de juros.
126. Ainda neste período, foi contraído junto do Banco de Moçambique um crédito de 6.200,0 milhões de Meticaís destinado a abertura de garantias junto do Sindicato Bancário (BIM/BCI) para servir de colateral na importação de combustíveis, a ser amortizado até ao final do exercício, isento de juros.
131. Ainda neste período, foi contraído junto do Banco de Moçambique um crédito de 6.200,0 milhões de Meticaís destinado a abertura de garantias junto do Sindicato Bancário (BIM/BCI) para servir de colateral na importação de combustíveis, a ser amortizado até ao final do exercício, isento de juros.
4.4.3. GARANTIAS E AVALES
135. O artigo 11 da Lei n.º 22/2017, de 28 de Dezembro, autoriza o Governo a emitir garantias e avales, no montante de 30.850,00 milhões de Meticaís, tendo sido emitido até ao final do exercício económico Garantias no valor global de 5.567,9 milhões de Meticaís, correspondente a 18,1% do limite fixado, a favor das seguintes instituições:
<ul style="list-style-type: none">Dois Termos de Garantia no valor global de 4.211,2 milhões de Meticaís a favor da PETOMOC, referente a importação de combustível, sendo uma para o BIM no valor 2.343,2 milhões de Meticaís e outra no montante de 1.868,0 milhões de Meticaís para o BCI; eCarta de Fiança no montante de 1.356,7 milhões de Meticaís a favor das Linhas Aéreas de Moçambique para efeitos de reestruturação de dívidas
Maputo, Janeiro de 2019

Tabela 30: Despesas nos Sectores Económicos e Sociais

(Em Milhões de Metcaís)

Sectores	Ano 2017				Ano 2018				Variação			
	Orçamento	Realização	Taxa		Orçamento		Realização		Taxa			
	Anual	Jan-Dez			Inicial		Jan-Dez					
	Valor	Valor	Peso	(%)	Valor	Peso	Valor	Peso	(%)	al		
Educação	54.219,2	51.950,5	44,9	95,8	52.380,5	35,6	59.409,2	39,6	55.474,8	43,5	93,4	3,7
Ensino Geral a)	46.561,9	44.967,2	38,9	96,6	42.446,3	28,8	50.022,9	33,4	47.393,6	37,2	94,7	2,3
Ensino Superior	7.657,3	6.983,2	6,0	91,2	9.934,2	6,5	9.036,3	6,0	8.081,2	6,3	89,4	12,7
Saúde	24.850,3	19.882,1	17,2	80,0	26.606,2	18,1	28.143,0	18,8	22.933,3	18,0	81,5	12,3
Sistema de Saúde a)	24.850,3	19.882,1	17,2	80,0	26.606,2	18,1	28.143,0	18,8	22.933,3	18,0	81,5	12,3
Infra-Estruturas	22.663,5	21.355,0	18,5	94,2	40.905,8	27,8	31.295,3	20,9	23.114,1	18,1	73,9	10,2
Energia/Recursos Minerais	2.088,8	1.489,7	1,3	71,3	3.053,1	2,1	2.033,6	1,4	1.908,9	1,5	93,9	25,2
Estradas	11.263,3	11.094,0	9,6	98,5	30.724,0	20,9	18.999,1	12,7	12.441,5	9,8	65,5	14,2
Águas	3.390,9	3.069,1	2,7	90,5	3.331,7	2,3	5.637,7	3,8	4.814,9	3,8	85,4	60,9
Obras Públicas	5.920,5	5.702,2	4,9	96,3	3.797,0	2,6	4.625,0	3,1	3.948,8	3,1	85,4	-28,8
Agricultura e Desenv. Rural b)	14.559,1	10.835,4	9,4	74,4	13.232,8	9,0	15.836,6	10,6	12.680,0	9,9	80,1	14,7
Sistema Judicial	5.000,4	4.750,1	4,1	95,0	3.642,8	2,5	5.351,6	3,6	5.183,4	4,1	96,9	5,3
Transportes e Comunicações *	2.018,1	1.714,8	1,5	85,0	3.781,5	2,6	2.497,4	1,7	2.339,3	1,8	93,7	31,5
Outros Sectores Estruturantes	6.719,4	5.099,9	4,4	75,9	6.764,4	4,6	7.309,5	4,9	5.806,5	4,6	79,4	11,1
Ação Social	4.381,9	3.491,7	3,0	79,7	6.106,7	4,1	6.585,9	4,4	5.108,6	4,0	77,6	43,0
Subsidios	1.621,9	974,5	0,8	60,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Trabalho e Emprego	715,7	633,7	0,5	88,5	657,7	0,4	723,6	0,5	697,9	0,5	96,4	6,0
Total	130.030,1	115.587,8	100,0	88,9	147.294,0	100,0	149.842,6	100,0	127.531,5	100,0	85,1	8,2
Desp Total Excl. Juros e Op. Finar	204.077,9	185.075,9	90,7	232,246,1	235,428,2	212,864,9	90,4	12,0				
Encargos da Dívida	18.354,3	18.019,6	98,2	33,195,2	26.942,0	25,824,4	95,9	42,2				
Juros Internos	8.679,6	8.679,6	100,0	19,774,2	18,297,7	17,180,2	93,9	90,5				
Juros Externos	9.674,7	9.340,0	96,5	13,421,0	8.644,2	8.644,2	100,0	-2,6				
Operações Financeiras	49.856,5	44.170,1	88,6	37,486,8	44,773,2	43,388,1	96,9	0,8				
Internas	27.145,6	25.352,0	93,4	13,393,3	14,090,0	12,717,2	90,3	-51,7				
Externas	22.710,9	18.818,1	82,9	24,093,5	30,683,1	30,670,9	100,0	71,6				
Despesa Total	272.288,7	247.265,8	90,8	302,928,1	307,143,3	282,077,4	91,8	12,2				


 Ministério da Economia e Planeamento
 Direcção Nacional de Estatística e Indicadores

“Para emitir a carta de crédito de importação precisamos que o Estado deposite o dinheiro, não é só emitir garantias”, esclareceu Adriano Maleiane ressaltando que “fomos buscar, usando o direito que nós temos

ao abrigo da lei orgânica do banco (central), no fim o saldo será zero porque de facto só está no caso dos importadores não conseguirem pagar, mas não é um subsídio aos combustíveis”.

22 biliões para combustíveis e 22 biliões para Saúde

Entretanto já próximo do fim do ano passado o Governo financiou novas importações de combustíveis desta vez emitindo Termos de Garantia à favor da Petróleos de Moçambique (Petromoc). A 27 de Dezembro passado foi emitido um Termo de Garantia junto do Millenium Bim no valor de 2.343.189.716,04 meticaís. Na mesma data foi emitido outro Termo de Garantia junto do Banco Comercial e de Investimentos no montante de 1.868.012.959,39 meticaís.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que só em 12 meses o Governo financiou a importação de combustíveis, cujos preços continuaram a ser reajustados em alta para os moçambicanos, em mais de 22 biliões de meticaís, valor que igual toda execução orçamental do sector da Saúde em 2018 que ficou-se pelos 22 biliões de meticaís.

Não admira portanto que o Governo não tenha dinheiro para construir hospitais, contratar mais profissionais de Saúde ou importar medicamentos pois a prioridade é financiar os combustíveis que beneficiam mais aos maputenses, onde estão mais de 40 por cento de todos os veículos automóveis do país, em detrimento dos milhões de moçambicanos que andam a pé, de bicicleta e nem sequer têm acesso aos transportes públicos.

Aliás em 2018 a factura com a importação de medicamentos e reagentes para a saúde dos moçambicanos ficou-se por pouco mais de 10 biliões de meticaís. Por outro lado dos 2.019 profissionais de Saúde que deveriam ter sido contratados no ano passado, com um impacto orçamental de apenas 356 milhões de meticaís anuais, o @Verdade apurou no Balanço do Plano Económico e Social que o Executivo só contratou 1.418. Dos 500 profissionais de nível superior programados foram contratados somente 258 enquanto dos 1.519 profissionais de nível médio foram admitidos 1.160.

Não se percebe ainda o racional do Estado continuar com o ónus da importação dos combustíveis tendo em conta que pelo menos 60 por cento do mercado de combustíveis em Moçambique pertence a operadores privados, os restantes 40 por cento são a quota da falida Petrolífera estatal, e sendo os preços revistos sempre que os custos o ditam.

→ continuação Pag. 01 - Amade Abubacar está a definhar na cadeia em Cabo Delgado, denuncia a Amnistia Internacional

de 2017. Ele já esteve detido num quartel militar em Mueda, sem contacto com a família.

O Ministério Público (MP) indicia o jornalista de espionagem a favor de grupos terroristas que semeiam terror em Cabo Delgado.

Nas redes sociais multiplicam-se os apelos para que as autoridades judiciais e governamentais libertem a vítima. Porém, até aqui, os esforços têm caído em saco roto.

No dia em que ele completou 60 dias nos calabouços, a AI revelou ter apurado que o estado do jornalista se “deteriorou rapidamente” desde a sua detenção.

Amade Abubacar encontra-se em “péssimas condições de detenção”, por isso, urge a sua “libertação imediata e incondicional. Ele está a definhar na prisão simplesmente por fazer o seu trabalho” e expor o sofrimento que aflige civis por conta dos “ataques mortíferos em Cabo Delgado”.

A organização que luta para pôr termo aos abusos contra os direitos humanos manifestou ainda preocupação “com a possibilidade de Amade necessitar de cuidados médicos urgentes e não estar” a recebê-los adequadamente.

O diretor regional da AI para a África Austral, Deprose Muchena, afirmou temer que a

saúde do jornalista seja crítica e a sua vida esteja em risco.

Aliás, em Janeiro deste ano, a Ordem dos Advogados de Moçambique (AOM) disse, após visitar a vítima, que esta confirmou ter pernoitado algemado, algumas vezes.

Ademais, o @Verdade sabe que o jornalista estava de-veras esfomeado no dia em que foi apresentado ao juiz que legalizou a sua detenção. Para realizar a audiência, o magistrado mandou comprar comida e água para a recomposição do acusado.

Na sua acusação, o MP alega que descobriu, na posse do indiciado, uma suposta lista contendo “nomes de jovens”

que colaboram “com o Al-Shabab”, grupo que alegadamente promove violência em Cabo Delgado.

O jornalista não “foi capaz de explicar com clareza os motivos pelos quais” detinha a referida relação nominal.

Para o MISA-Moçambique, esta acusação não tem cabimento e só pode ser ensaiada por quem não sabe que “a actividade jornalística é liberal” e qualquer profissional como Amade “deve possuir o seu arquivo de informação”, conforme recomendam as normas da área.

Por conta da pretensa lista de jovens integrantes do grupo armado que tem semeado

terror em vários distritos de Cabo de Delgado, o MP acredita que o jornalista é espião e está “envolvido na prática de crimes de violação do segredo do Estado por meios informáticos e instigação pública a um crime com uso de meios informáticos”.

Refira-se que a Rádio Comunitária Nacedje é propriedade do Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição do Estado.

Todavia, o MP diz que, no momento da detenção, Amade Abubacar trabalhava “sem o conhecimento do seu superior hierárquico”, o que constituiu “mais um motivo forte de estar envolvido na prática do crime de que é acusado”.

Editorial

averdademz@gmail.com

Sufocar os moçambicanos

A cada dia que passa fica claro a agenda do Governo da Frelimo: esvaziar os cofres do Estado ou forçar os moçambicanos a apertarem o cinto mais do que já está. O aumento do preço de energia eléctrica é mais uma prova inequívoca desse plano terrorista que o Governo da Frelimo tem estado a implementar desde a Independência Nacional.

Há quatro décadas que o povo moçambicano é forçado a viver na miséria imercida e a sobreviver à intempérie, enquanto os seus dirigentes levam uma vida principesca. O mês em curso, o auto-intitulado “empregado do povo” decidiu mais uma vez

surpreender pela negativa o seu “patrão” com o aumento do preço de consumo da energia eléctrica. Ou seja, ao invés de amenizar o sofrimento de milhões de moçambicanos, Nyusi e o seu bando de incompetentes têm vindo a esforçar-se a sacrificar o cidadão honesto, que com muito suor paga os impostos.

Quase todos os dias há registo de subidas galopantes de preços de bens essenciais, numa altura em que os moçambicanos ainda não recuperaram o poder de compra perdido desde a descoberta das dívidas ilegais. A corrente eléctrica, diga-se, era o único preço básico que não

foi revisto em alta no ano passado. Mas pela quarta vez Filipe Nyusi aumentou o preço da energia eléctrica em Moçambique e, aliás, desde que se tornou Presidente da República, o auto-intitulado nosso “empregado” já aumentou este serviço básico mais de 125 por cento.

O que mais inquieta é o facto de o aumento que vigora desde o passado dia 1 de Março só afecta ao cidadão que, com sangue e suor, tem estado a custear as mordomias do Governo com as suas contribuições. São pouco mais 21 por cento na factura do povo e o pior de tudo nenhum aumento foi imposto às grandes em-

presas e mega-projectos, na sua maioria onde a elite da Frelimo tem interesses económicos pessoais.

O mais preocupante ainda nesse assalto aos bolsos dos moçambicanos é a inoperância e o silêncio cúmplice da Autoridade Reguladora de Energia (ARENE). Embora tenha sido criado recentemente, é evidente a sua apatia, tendo em conta que a Electrecidade de Moçambique, de forma continuada e deliberada, tem alterado o preço da energia, sufocando os consumidores, usando como desculpa esfarrapada custos relacionados com a expansão da rede eléctrica nacional.

Xiconhoca

Sídio Mugadza

Parece que o vírus da corrupção circula pelas veias sanguíneas alguns moçambicanos, sobretudo aqueles que lhe são confiados alguma tarefa. É o caso de Sídio Mugadza, funcionário da Federação Moçambicana de Futebol. Este Xiconhoca é considerado pela FIFA culpado de ter recebido subornos, violando o código de ética daquele organismo, e, em consequência disso, foi banido do futebol durante 15 anos. Na verdade, o castigo justo para este Xiconhoca deveria ser a proibido para sempre de exercer qualquer actividade no mundo de futebol.

Jornal Notícias

Não é novidade para qualquer moçambicano que o Jornal Notícias não passa de um instrumento barato de propaganda do Governo da Frelimo. No auge da sua falta de vergonha e bom senso, este suposto órgão de informação afirmou que Amade Abubacar é associado ao grupo armado que protagoniza ataques em Cabo Delgado. Num puro exemplo de mau jornalismo, a jornal não apresenta provas e escreve que a Procuradoria Provincial de Cabo Delgado ainda está a fazer a instrução preparatória e se não encontrar matéria pode abster-se de o acusar. Bando de Xiconhocas.

Eneas Comiche

Definitivamente, o presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Eneas Comiche, deve andar caduco. Primeiro, o Xiconhoca, no dia 9 de Fevereiro, impediu a Renamo de marchar na Cidade de Maputo. Já na passada sexta-feira, o Xiconhoca voltou a proibir cerca de 300 crianças da escola Nyoxani, na Sommershield, de fazer o mesmo, no âmbito do carnaval. Como se isso não bastasse, nesta semana o sujeito impediu o Fórum Mulher de marchar em celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sociedade

Família de Amade Abubacar impedido de visitá-lo e Procuradoria de Cabo Delgado tenta descreditar Amnistia Internacional

O pai do jornalista Amade Abubacar garantiu ao @Verdade que não tem permissão para visitar o filho, desde que este foi detido na cadeia de Mize, no distrito de Metuge, província de Cabo Delgado. Segundo ele, as visitas têm sido também vedadas ao irmão da vítima, facto confirmado uma outra fonte próxima ao processo em curso na Procuradoria Provincial local.

Texto: Emildo Sambo

Na terça-feira (05), a Amnistia Internacional (AI) disse que Amade Abubacar está em “péssimas condições de detenção”, pode estar a “ne-

de era desmentir a AI, passar a imagem de que o jornalista tem um tratamento condigno e recebe regularmente visitas da família.

“O meu irmão vem regularmente visitar-me”, afirmou o jornalista, segundo aquele matutino.

Todavia, ele foi desmentido pelo próprio progenitor ao comentar, telefonicamente, que “o irmão dele quando pode ir lá visitá-lo não é permitido” qualquer contacto com o seu parente. “A última vez que vi Amade foi quando ele estava detido aqui em Macomia”, ido de uma base militar em Mueda, onde permaneceu vários dias, igualmente isolado de tudo e todos.

Armando Wilson, porta-voz da Procuradoria Provincial de Cabo Delgado, classificou as informações veiculadas pela AI como falaciosas e susceptíveis de colocar em causa o Estado de Direito Democrático.

O @Verdade contactou, telefonicamente, Augusto Mesariamba, advogado do MISA-Moçambique e assistente do jornalista em alusão. O causídico foi categórico ao afirmar que não podia tecer

quaisquer informações em torno do seu cliente “sem a autorização da família” do mesmo.

Contudo, outra fonte por nós contactada disse que não constitui verdade que Amade recebe visitas de quem quer que seja. “Você deve saber que na penitenciaría de Mize não se recebe visitas de familiares (...)”. O próprio MISA-Moçambique que assiste ao caso sabe disso”.

O nosso interlocutor esclareceu ainda que, pese embora nenhum preso tenha o privilégio de manter contacto os parentes, aos advogados é permitido o acesso à cadeia em questão. Ele confirmou que o irmão de Amade já esteve em Mize mas “ficou do lado de fora”.

Ao contrário da mensagem que a Procuradoria pretende passar publicamente, nenhum familiar de Amade tem acesso àquela penitenciaría. O irmão já esteve lá mas foi proibido de entrar.



cessitar de cuidados médicos urgentes e não estar” a recebê-los adequadamente.

Volvidas 24 horas, a Procuradoria Provincial de Cabo Delgado escalou a penitenciaría de Mize, levando consigo alguns órgãos de comunicação social. A finalida-

Amade, que supostamente não foi autorizado gravar as suas declarações, nem se deixar fotografar e tão pouco ser filmado, é citado pelo jornal Notícias, por exemplo, a relatar que recebe visitas de certas entidades, incluindo de organizações não-governamentais, e goza de boa saúde.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

 goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade


O Governo decretou no passado dia 20 a extinção da Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, cuja missão foi dada como cumprida após inauguração da ponte Maputo – Katembe e da estrada Circular da capital moçambicana. Contudo o @Verdade apurou que a Empresa Pública deixa para o erário dívidas de 39,2 biliões de meticais à China, outros 2,8 biliões de meticais à banca moçambicana e fechou o exercício de 2017 com um resultado líquido de 8,2 biliões de meticais negativos.


<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/68095>


 **Herminio Jose Manhique Jose** Esta empresa nao era pra


gerar nenhum lucro pos o seu objecto principal e contrucao de estrada circular pelo dinheiro

financiado pela china, os resultados negativos e as dividas nao sao nenhuma novidade meus caros. · 16 h


 **Carlos Canão A** pergunta certa será: que compensação teve então a China para esta dívida bilionária? · 1 dia(s)

 **Cilinha Gonçalves A** própria da Katembe... · 1 dia(s)


 **Charlotte Rosario Do** governo não se espera outra coisa! · 1 dia(s)

 **Claudio Lombene Kkkkkk**, previsível. Vem aí mais uma dívida do diabo, chama-se Mpanda-Nkuwa · 1 dia(s)

 **Amir Michael Calane Daúde** yoooooooo · 1 dia(s)

 **Bernardo Rafael Eu** sabia iam deixar divida por isso insistia com alto preço de portagem Maputo-katembe 160 pk tinha divida a pagar... Como ja sairam baixem o preço da poragem da ponte para 60 mt durante 10 ano vao ter dinheiro. · 1 dia(s)

 **Valoi WTF.** · 1 dia(s)

 **Lopez Ja se sabia ia ser** outro fiasco montado pelos mesmos... · 1 dia(s)

Xiconhoquices

Aumento do preço da energia

Definitivamente, o Governo de Filipe Nyusi não tem piedade da sua população. Ao invés de amenizar o sofrimento de milhões de moçambicanos, Nyusi e os tite-res esforçam-se a sacrificar o cidadão honesto com subidas galopantes de preços de bens essenciais. A título de exemplo, pela quarta vez Filipe Nyusi aumentou o preço da energia eléctrica em Moçambique. O mais caricato é que o aumento que vigora desde o passado dia 1 de Março só afecta aos seus “patrões”, são mais 21 por cento na factura do povo e nenhum aumento para as grandes empresas e mega projectos. Aliás, desde que se tornou Presidente, o auto-intitulado nosso “empregado” já aumentou este serviço básico mais de 125 por cento. É, sem dúvidas, mais uma das Xiconhoquices que o Governo da Frelimo nos tem habituado.

Dívidas da Empresa Maputo Sul

Como senão bastasse as dívidas ilegais contraídas pelo Governo da Frelimo, que esta a deixar a população sem eira nem beira, esta semana os moçambicanos foram surpreendidos com a notícia dando conta que a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, cuja missão foi dada como cumprida após inauguração da ponte Maputo – Katembe e da estrada Circular da capital moçambicana, deixa para o erário dívidas de 39,2 biliões de meticais à China, outros 2,8 biliões de meticais à banca moçambicana e fechou o exercício de 2017 com um resultado líquido de 8,2 biliões de meticais negativos. A empresa acumulou ao longo destes 9 anos um bilionário, passivo que deixa para os moçambicanos pagarem. É caso para perguntar: que mal fizeram os moçambicanos?

Financiamento da importação de combustíveis

A promiscuidade entre o Estado e negócios pessoais de algumas figuras ligadas ao partido no poder é de bradar aos céus. Prova disso é que o Governo de Filipe Nyusi, que decretou o término do seu ónus na emissão de garantias bancárias para a aquisição de combustíveis líquidos, endividou o povo em mais de 22 biliões de meticais para financiar a importação de gasolina, gásóleo, GPL e petróleo de iluminação durante o ano de 2018. No mesmo período investiu somente 22 biliões de meticais em todo o sector da Saúde. Isso mostra claramente os interesses “obscuros” nesse negócio, que tem hipotecado o futuro de milhões de moçambicanos.

Mundo

Equipes buscam pelo menos 7 desaparecidos após tornados mortais nos EUA

As equipes de busca e salvamento do Alabama vasculharam na terça-feira os destroços das casas destruídas pelos tornados no fim de semana, procurando por sete ou oito pessoas ainda desaparecidas, após o “twister” mais mortal dos Estados Unidos da América (EUA) desde 2013.

Texto: Agências

A pequena comunidade de Beauregard, perto da fronteira entre a Geórgia e o Alabama, estava começando a chorar as 23 pessoas confirmadas mortas pelas tempestades, que incluíam quatro crianças e sete pessoas de uma família, disseram autoridades na terça-feira.

As vítimas tinham entre 6 e 93 anos de idade, disse Bill Harris, legista do Lee County, devastado pela tempestade, em entrevista coletiva pela manhã.

A maioria dos falecidos foi encontrada nas proximidades de suas casas. As quatro

crianças tinham 6, 8, 9 e 10 anos, disseram as autoridades.

O xerife do condado Jay Jones disse nesta terça-feira que as equipes de busca reduziram seu alcance para “as áreas mais afectadas” depois de vasculharem a maior parte do condado na segunda-feira.

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse que visitará as áreas do Alabama que foram devastadas pelos tornados na sexta-feira. “Tem sido uma situação trágica”, disse Trump na Casa Branca antes de uma cerimó-

nia sobre suicídios de veteranos militares.

Os tornados, provocados por uma tempestade de “supercélulas” no final do inverno, derrubaram casas e árvores enormes no domingo, com ventos de 274 quilómetros por hora.

Além de 23 mortes confirmadas, mais de 50 pessoas ficaram feridas, disseram as autoridades, tornando-se o mais violento fenómeno desde que o grande tornado que atingiu Moore, Oklahoma, em maio de 2013, matando 24 pessoas e ferindo outras 375.

Publicidade

Movitel apresentou 4 soluções inteligentes no Mobile World Congress

A Movitel SA participou do Mobile World Congress 2019 em Barcelona (Espanha) entre os dias 25 e 28 de Fevereiro. O tema do evento deste ano foi a “Conectividade Inteligente”. Esta foi a 5ª vez consecutiva que a Movitel SA é a única representante do Vietname a participar do maior evento anual do sector de tecnologia móvel em todo o mundo.

Existem 8 soluções da Movitel SA, categorizadas em 4 grupos, presentes no MWC 2019, incluindo:

- O primeiro grupo é de soluções de telecomunicações inteligentes, que visam personalizar a cada cliente em atividades de negócios e experiência pessoal. Simultaneamente, ele pode suportar o sistema com bilhões de usuários ao implementar as IoTs.

- O segundo grupo são soluções de cidades inteligentes, que se concentram em so-



luções capazes de supervisionar, coordenar todas as áreas que afetam diretamente as atividades da cidade, tais como: Tráfego, Segurança Pública, Resposta a Emergências, etc;

- O terceiro grupo são soluções de segurança de rede que atendem às demandas de detecção antecipada de anormalidades ou ataques remotos aos sistemas de TI

das organizações.

- O grupo final é uma solução de comunicação marítima, que suporta tanto as demandas de gerenciamento das agências funcionais quanto a necessidade de proteger os pescadores no mar.

Além de introduzir produtos, que refletem a visão da transformação digital, a Movitel SA tem como objetivo

encontrar parceiros para pesquisar, produzir e implantar em conjunto 5G em Moçambique.

A título de exemplo a Movitel apresentou um grupo de soluções de comunicação marítima inteligente

Trata-se de um conjunto de soluções que consiste em 4 produtos: equipamento de monitoramento de navios de cruzeiro S-Tracking, sistema de identificação automática AIS, transceptor de comunicação HF e equipamentos Beacon de localização pessoal. Os produtos da Movitel SA são fáceis de usar com água e boa resistência ao impacto, bateria de alta capacidade, operação estável, alcance de longo alcance, alta precisão e adequados para pessoas vietnamitas com preços mais baratos do que os produtos estrangeiros disponíveis.

Homem morto por desconhecidos na Matola

Um cidadão que se presume ter pelo menos 30 anos de idade foi morto a tiros, na noite de quinta-feira (28), no bairro de Matlemele, Conselho Autárquico da Matola, por razões ainda não esclarecidas.

Texto: Redacção

No momento da acção, os bandidos ordenaram a vítima fugir supostamente para escapar da morte, mas antes de ela dar um passo foi atingida com vários disparos, contaram testemunhas.

Segundo as mesmas fontes, quando se aproximaram do local do crime os autores já tinham se colocado em fuga, sem deixar rastros.

Desconhece-se ainda identidade da vítima, cujo corpo foi encontrado numa das bermas da Estrada Circular de Maputo, que em boa parte da sua extensão não dispõe de iluminação pública.

Populares relataram ainda que os malfeitores, em número também não apurado, se faziam transportar em três viaturas cujas matrículas e outras características não foram apuradas.

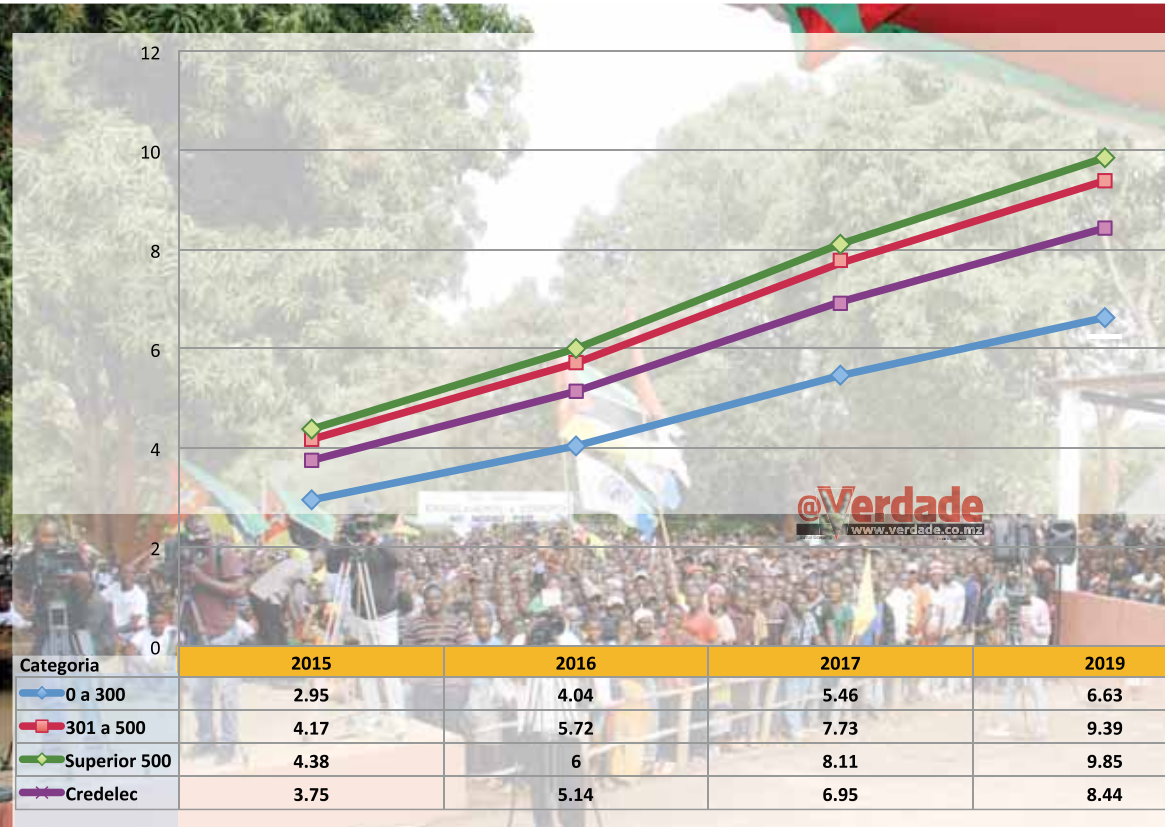
Antes dos disparos, houve discussão entre o grupo, enquanto o cidadão assassinado permanecia dentro do carro. Não foi possível saber de que é que se falava, disseram as fontes, para as quais, de repente, os meliantes mandaram o jovem descer da viatura e tiraram-lhe a vida.

O cidadão assassinado não vivia na região onde o crime aconteceu e não é a primeira vez que uma situação idêntica acontece. A falta de iluminação pública é apontada como um dos factores que facilitam a criminalidade na zona e ao longo da Estrada Circular.

De acordo com Fernando Manhica, porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Maputo, o finado não tinha documentação.

A instituição que tem como função garantir a segurança e a ordem públicas e combater infracções à lei pondera que se tratou de um ajuste de contas e não de um assalto, uma vez que os supostos não se apoderaram da viatura e do telemóvel do finado.

Nyusi aumenta electricidade pela 4ª vez em Moçambique, mas desta vez só para os seus “patrões”



Pela quarta vez Filipe Nyusi aumentou o preço da energia eléctrica em Moçambique, paradoxalmente o aumento que vigora desde o passado dia 1 de Março só afecta aos seus “patrões”, são mais 21 por cento na factura do povo e nenhum aumento para as grandes empresas e mega projectos. Desde que tornou-se Presidente o auto intitulado nosso “empregado” já aumentou este serviço básico mais de 125 por cento.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Bancos mantém descrença no fim da crise e não mexem nos seus spreads desde Outubro

No seguimento dos “riscos e incertezas” evocados pelo Banco de Moçambique (BM) para interromper a redução das taxas de referência a Prime Rate do Sistema Financeiro para o mês de Março é a mesma do mês passado. Indiferentes ao “pós-crise” político continuam os bancos comerciais que não mexem nos seus spreads desde Outubro de 2018.

Texto: Adérito Caldeira

A Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano permaneceu inalterada nos 19,50 por cento seguindo a decisão do Comité de Política Monetária do BM de interromper a descida taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 14,25 por cento assim como das restantes taxas de referencia bancária, “tendo em conta que os riscos e incertezas subjacentes às projecções da inflação tornaram-se mais proeminentes”.

Mas se a cautela do banco cen-

COMUNICADO 02/2019

No quadro da implementação do Acordo sobre o Indexante Único do Sistema Bancário Moçambicano, o Banco de Moçambique (BM) e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) comunicam o Indexante Único, o Prémio de Custo e a Prime Rate a vigorar no mês de Março de 2019, conforme descrito na tabela abaixo:

Descrição	Taxa
Indexante Único* (Calculado pelo BM)	14,31%
Prémio de Custo (Calculado pela AMB)	3,20%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)	19,50%

*Indexante Único é calculado tendo como base referência o período de 26 de cada mês até ao dia 25 de mês seguinte.

tral é recente os bancos comerciais são cautelosos desde Outubro de 2018 altura em que aconteceu a última revisão das

suas margens, os spreads, que são adicionais a Prime Rate no cálculo das taxas de juro que cobra aos seus clientes.

No início do ano o dinheiro estava a ser vendido a um custo médio de 19,88 por cento pelos bancos comerciais que mostram dessa forma a sua descrença ao “pós-crise” económica que tem sido anunciada pelo Governo de Filipe Nyusi desde meados de 2018. A posição cautelosa dos donos do dinheiro foi recentemente corroborada pelo Instituto Nacional de Estatística que mostrou que no ano passado a economia manteve a sua trajetória de desaceleração.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 05 - Nyusi aumenta electricidade pela 4ª vez em Moçambique, mas desta vez só para os seus "patrões"

Este aumento, previsto pelo @Verdade como o primeiro desafio do recém empossado Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Moçambique (EDM), Aly Sicola Impija, aconteceu sem nenhuma informação prévia para o povo porém vários factores tornavam-no numa inevitabilidade como Filipe Nyusi deixou claro no seu Estado da Nação "estável".

"Não podíamos manter, por exemplo, o custo da energia de uma maneira infinita senão depois seria ingovernável o sistema. Ninguém pode ser alfaiate que compre o tecido por 100, depois a linha e todas as despesa somem 200 e depois vender eternamente a camisa por 120, não há de ser possível e não é essa governação que optamos por fazer", disse o Chefe de Estado na Assembleia da República em Dezembro passado.

21 por cento aumento para o povo enquanto grandes empresas e os mega projectos pagam mesmo preço de 2017.

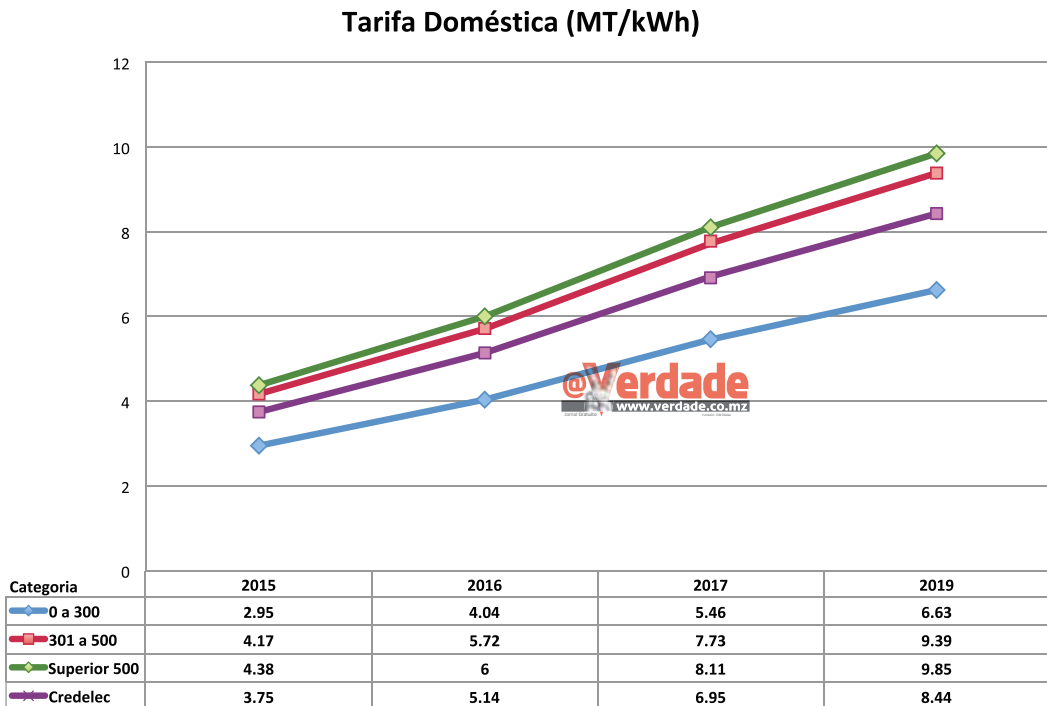
Diga-se que este era o único preço básico que não foi revisto em alta no ano passado mas acontece numa altura em que os moçambicanos ainda não recuperaram o poder de compra perdido desde a descoberta das dívidas ilegais. O paradoxo é que o aumento, tornado público apenas num pequeno anúncio no diário estatal, é só para os "empregados" de Filipe Nyusi.

Os clientes do pós-pago da EDM vão pagar mais 21 por cento em cada uma das 3 categorias em função da quantidade de quilowatt/hora (kWh) que consumirem.

Na categoria de 0 a 300 kWh a tarifa doméstica passa de 5,46 meticais para 6,63 meticais; a tarifa agrícola aumenta de 3,40 para 4,08 meticais; a tarifa geral passa dos 8,24 para 10,30 meticais.

Para os consumos entre 301 a 500 kWh a tarifa doméstica subiu de 7,73 para 9,39 meticais; a tarifa agrícola passa de 4,84 para 5,81 meticais; e a tarifa geral aumenta de 11,77 para 14,71 meticais.

Os clientes que consumirem acima de 500 kWh irão pagar 9,85 meticais, contra os anteriores 8,11, na tarifa doméstica; 6,36 meticais na tarifa agrícola dos anteriores 5,30; e 16,10 meticais na tarifa geral dos anteriores 12,88 meticais.



Importa no entanto notar que os clientes do pós-pago da EDM estão sujeitos a uma taxa fixa que foi agravada em 25 por cento, de 205,70 meticais terão agora de pagar 257,97 meticais.

Os clientes pré-pagos da EDM, vulgarmente conhecida como Credelec, tiveram aumento em percentagem similar passando o custo quilowatt/hora na tarifa doméstica a custar 8,44 meticais, antes era 6,95; na tarifa agrícola 5,65 meticais, antes custava 4,71; e a tarifa geral subiu ara 14,75 meticais, dos anteriores 11,80.

125 por cento é variação do custo quilowatt/hora na factura do povo desde que Filipe Nyusi é Presidente.

Desde 2015 registou-se uma variação do custo quilowatt/hora em 125 por cento só para o povo

Entretanto o @Verdade apurou que as grandes empresas e os megaprojectos, que são os grandes consumidores de Baixa Tensão, Média Tensão, Média Tensão Agrícola, e Alta Tensão vão continuar a pagar as mesmas tarifas de 2017 numa decisão que o @Verdade entende estar relacionada com a tentativa do Governo minimizar o impacto destes aumentos na inflação.

É que o preço da energia tem influência directa nos custos de produção que quase todos os sectores e a sua revisão em alta certamente irá originar a inflação de quase todos os produtos e serviços. Aliás o @Verdade perguntou ao Banco de Moçambique se o Relatório de Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação de Fevereiro de 2019, que prevê um crescimento da inflação até os 6 a 7 por cento, teria levando em conta o aumento do custo da energia para o povo. Nenhuma resposta foi obtida.

Economistas explicaram ao @Verdade que a manutenção do preço da energia durante o ano de 2018 influenciou negativamente não só nas contas da Electricidade de Moçambique mas também no desempenho do sector que registou 0 por cento de contribuição para o Produto Interno bruto, relativamente a uma expectativa de 7 por cento.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que com o 4º agravamento do preço da energia desde 2015 registou-se uma variação do custo quilowatt/hora em 125 por cento e da taxa fixa de electricidade em 137 por cento para o povo moçambicano.

Sustentabilidade do preço minada pelos fornecedores privados de energia e dívidas

O @Verdade tentou saber da EDM, sempre solicita para apresentar desculpas pelo mau serviço que presta ao povo, se com este aumento pelo menos a sustentabilidade da empresa já estaria alcançada no entanto até ao fecho desta edição nenhuma resposta foi obtida.

Recorde-se que em 2018 o Administrador Financeiro da eléctrica nacional, Noel Govene, revelou ao @Verdade que a empresa estava "numa tarifa média de 8 cêntimos por Kwh, para um custo de 10 cêntimos, portanto matematicamente sabemos que 8 não pode cobrir 10 e para a sustentabilidade financeira de qualquer negócio é importante que o que nós facturamos consiga cobrir estes custos".

A EDM admitiu ainda que embora Cahora-Bassa seja "nossa" desde 2007 a EDM apenas pode adquirir 25 por cento da energia que a Hidroeléctrica produz pois a restante é vendida preferencialmente a África do Sul e por isso a Electricidade de Moçambique completa as necessidades energéticas dos moçambicanos através da compra a produtores privados que vendem a energia a preços que são mais do que o triplo do que é cobrado pela HCB.

Além disso existem outras ineficiências da Electricidade de Moçambique como

AVISO

1. A Electricidade de Moçambique, E.P. informa que de acordo com o artigo Nº 12 do Decreto Nº 29/2003 de 23 de Junho, vai proceder ao ajustamento Tarifário de Energia Eléctrica consumida pelos clientes de Baixa Tensão a partir de 1 de Março de 2019, conforme a tabela abaixo.

2. Este ajustamento tem por vista:

- Permitir a Empresa prosseguir com os investimentos de expansão da rede eléctrica, com vista a colmatar o crescimento da demanda e aumentar o acesso da população à energia eléctrica;
- Assegurar o equilíbrio financeiro que permita a continuidade do fornecimento de energia com qualidade e segurança.

3. O ajustamento a efectuar é diferenciado por categorias de clientes, por forma a assegurar a protecção das camadas mais desfavorecidas e de baixa renda, mantendo inalterada a tarifa social.

TABELA 1 - CATEGORIAS TARIFÁRIAS: Social, Doméstica, Agrícola e Geral (Baixa Tensão)

Consumos Registrados (kWh)	PREÇO DE VENDA POR CATEGORIA TARIFÁRIA				Taxa Fixa (MT)
	Tarifa Social (MT/kWh)	Tarifa Doméstica (MT/kWh)	Tarifa Agrícola (MT/kWh)	Tarifa Geral (MT/kWh)	
De 0 a 120	1,07				
De 0 a 300		6,63	4,08	10,30	257,97
De 301 a 500		9,39	5,81	14,71	257,97
Superior a 500		9,85	6,36	16,10	257,97
PRÉ-PAGAMENTO	1,07	8,44	5,65	14,75	

Nota: Para os clientes que se enquadram nos parâmetros definidos para a tarifa social (potência de 1,1 kVA e consumo não superior a 125 kWh/mês), cujas instalações tenham o contador do tipo Pré-pagamento (CREDELEC), será aplicado um limite de corrente de 5 Amperes.

Iluminando a Transformação de Moçambique

é o passivo acumulado por centenas de instituições do Estado, particularmente o Exército e Polícia, que não pagam as suas facturas há vários anos e em 2018 deviam pelo menos 8,3 milhões de meticais, a Rádio Moçambique que não paga os 37,3 milhões de meticais que deve e até mesmo a Mpesa tem a pagar a EDM 297,6 milhões de meticais, de acordo com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

Corno de rinoceronte leva três cidadãos às celas na Matola

Três indivíduos encontram-se a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), desde a semana passada, no Conselho Autárquico da Matola, acusados de posse de um corno de rinoceronte e 29 munições de uma arma de guerra, do tipo AK-47.

Texto: Redacção

Os visados foram detidos na tarde da última quinta-feira (28), algures no bairro de Infulene.

As munições em causa estavam num carregador de AK-47, que a Polícia está à procura, pois acredita que pode estar na posse de outros elementos do grupo.

Foi também confiscado um fardamento militar, que, segundo um dos detidos, per-

tence ao seu primo.

O cidadão explicou que quando tomou conhecimento de que havia um corno de rinoceronte à venda telefonou para um potencial comprador, mas não sabia que o mesmo colaborava com a Polícia. "Ele denunciou-nos a fomos presos".

O outro indivíduo alegou que é transportador de passageiros e

o corno rinoceronte estava na bagagem de um cidadão que penhorou por falta dinheiro para pagar a passagem. "Ele disse para eu ficar com pasta dele e viria buscar quando trouxesse o meu dinheiro".

Volvidos 30 dias sem o suposto dono dar sinal de vida, o acusado abriu a pasta, descobriu que no interior havia supostamente um troféu e decidiu vendê-lo.

O terceiro suspeito contou que está associado ao crime por ter aceite acompanhar o amigo com o qual está privado de liberdade para um lugar que alegadamente desconhecia.

Enquanto isso, outros cinco indivíduos foram igualmente detidos pela PRM, em Gaza, por abate de dois rinocerontes no Parque Nacional do Limpopo.

Nos termos da "Lei da Conservação", nº. 16/2014, quem extrair ilegalmente recursos florestais e faunísticos, puser à venda, distribuir, comprar, descer, receber, proporcionar a outra pessoa, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver animais, produtos de fauna ou preparados das espécies protegidas ou proibidas, incorre em penas que variam de 12 a 16 anos de prisão.

Calendário Escolar ainda não prevê interrupção para Gerais de 2019

O Calendário Escolar para o Ano Lectivo de 2019 não prevê a inevitável paragem das aulas, durante pelo menos 1 semana, para possibilitar a realização das Eleições Presidenciais, Legislativas e Assembleias Provinciais marcadas para 15 de Outubro. "Não haverá uma interrupção como tal" esclareceu ao @Verdade a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano.

Texto: Adérito Caldeira

O Ano Lectivo que iniciou no passado dia 1 de Fevereiro está previsto encerrar a 20 de Dezembro próximo, com 38 semanas de aulas e avaliações repartidas por 3 trimestres.

O 1º trimestre está previsto findar a 10 de Maio, após uma interrupção lectiva de 1 semana enquanto o 2º trimestre decorrerá até 23 de Agosto, com férias entre 12 e 23 de Agosto.

As aulas do 3º e último trimestre devem iniciar a 26 de Agosto e decorrer até 15 de Novembro estando os exames da 1ª chamada da 5ª classe programados para 11 a 15 de Novembro, da 7ª classe para 20 a 22 de Novembro, seguidos pelos exames da 10ª classe e 12ª classes. Pelo meio, entre 12 e 16 de Agosto estão marcados os exames extraordinários.

No entanto o documento a que o @Verdade teve acesso não prevê a interrupção das aulas para permitir a realização do processo de votação das Eleições Gerais.

O @Verdade questionou a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, porque essa paragem de aulas não está prevista no Calendário Escolar. "Não haverá uma interrupção como tal mas haverá uma harmonização dos programas de trabalho com o processo eleitoral, mas não são muitos dias" esclareceu a ministra Conceita Sortane.

Acontece que 75 por cento dos postos de votação estão localizados em escolas e pelo menos 70 mil dos membros das assembleias de votação são professores ou funcionários da Educação. Estando as eleições marcadas para 15 de Outubro, uma terça-feira, é mais do que expectável que as aulas tenham de parar para que a votação se realize.

Tendo em conta que este pleito acontece em todo o país a preparação da logística deverá obrigar aos membros das assembleias de votação a estarem disponíveis pelo menos na véspera. A contagem e selagem dos materiais de votação implicará outro dia, senão 2 dias, o que quer dizer que dos 5 dias dessa semana em pelo menos 4 não haverá aulas.

Maputo Sul extinta com dívidas bilionárias à China e à banca moçambicana



O Governo decretou no passado dia 20 a extinção da Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, cuja missão foi dada como cumprida após inauguração da ponte Maputo – Katembe e da estrada Circular da capital moçambicana. Contudo o @Verdade apurou que a Empresa Pública deixa para o erário dívidas de 39,2 biliões de meticais à China, outros 2,8 biliões de meticais à banca moçambicana e fechou o exercício de 2017 com um resultado líquido de 8,2 biliões de meticais negativos.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Teodoro Waty desconfia da descentralização e antevê que dê problemas a partir de 2024

O jurisconsulto e ex-deputado da Assembleia da República (AR), Teodoro Waty, considera que a descentralização é benéfica para Moçambique, pese embora tenha sido adiada por várias décadas. Porém, ele antevê que, nos próximos cinco anos, começarão a surgir alguns problemas decorrentes da implementação desse processo. "Os denominados órgãos de governação descentralizada, antes pertencentes ao Estado e às autarquias", aperceber-se-ão de que são apenas decorativos.

Texto: Emildo Sambo

"Em 2024, os órgãos de governação descentralizada provinciais (os conselhos executivos províncias e os governadores) vão dar-se conta de que não dispõem de território nem população e que não têm autoridade sobre os administradores distritais que estarão vinculados a programas sufragados pelos seus eleitores", disse o advogado e professor universitário.

Aliás, ainda em 2024, segundo a fonte, o país apenas terá três níveis territoriais descentralizados, nomeadamente autarquias, distritos e províncias, o que exigirá uma nova forma de exercício de democracia, "capacidade e tacto para gerir o diálogo e a tolerância, não como um favor que se faz aos outros", mas sim, como um imperativo de sobrevivência política da espécie que quiser exercer o poder.

Os governadores provinciais e os administradores distritais devem aperceber-se de que terão uma "mão cheia de nenhum poder real" e que os conselhos que irão dirigir não mais são os anteriores governos, que funcionavam como órgãos de apoio e de consulta (...).

As declarações de Teodoro Waty foram feitas esta segunda-feira (04), em Maputo, pelo seu representante, Alcides Nobela, num evento realizado pelo Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA), sobre o tema "Princípios para a Regulamentação do novo Modelo de Descentralização em Moçambique: Uma Contribuição".

Para o ex-deputado da AR, o secretário do Estado e a sua secretaria provincial, tal como estão configurados na proposta de lei sobre a descentralização, "são uma ilusão ou um espantinho do Estado, situação muito perigosa dadas as suas múltiplas e complexas responsabilidades administrativas e políticas".

Assim, o Estado deve organizar-se para se assegurar a sua função coordenadora para que os interesses e os planos locais não saiam das perspectivas nacionais (...) e "não permita que o poder político tenda a confiscar em seu proveito a autonomia das comunidades e orientar-se para formas autocráticas".

Ademais, o jurisconsulto entende que "a descentralização não pode

traduzir a incubação de uma vontade de afirmação da identidade étnica".

Deve, sugere o orador, num outro desenvolvimento, garantir que na gestão da coisa pública "o local e o nacional coexistam com o equilíbrio da democracia e da liberdade, da participação e da autonomia, sem que se destrua a mudança nem a esperança de mudança".

Por um lado, Waty observa que é um imperativo inadiável a criação de instrumentos e mecanismos reguladores que permitam uma equitativa distribuição de bens pela totalidade da população e que contenham os conflitos que possam tender surgir.

Por outro, a descentralização não é necessariamente democrática, impondo-se, por isso, medidas para que, nos territórios onde for implementada, "a expressão da vontade local e nacional respeite a teoria do contrato social e o poder das maiorias, onde não bastam as eleições justas, transparentes e periódicas, mas onde se expresse a vontade democrática e livre dos cidadãos".



→ continuação Pag. 07 - Maputo Sul extinta com dividas bilionárias à China e à banca moçambicana

Criada em 2010 com objetivo inicial de gerir a construção da ponte Maputo-KaTembe, as estradas de ligação Maputo-Ponta de Ouro e Bela Vista-Boane e ainda a estrada Circular de Maputo a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul foi declarada extinta pelo Conselho de Ministros pois a sua missão está cumprida desde Novembro de 2018.



De acordo com o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, a decisão não deve constituir nenhum alarme, pois é de lei, até porque existem duas empresas tradicionais, nomeadamente

coordenação de toda a rede viária, incluindo mecanismos de financiamento.

“O desafio que temos pela frente cinge-se nas acções de manutenção e gestão das infra-estruturas. Toda a actividade subsequente será continuada por estas duas instituições”, disse Machatine, que garante a continuidade da assistência dos reassentados, para além dos processos relacionados com a manutenção e gestão das vias rodoviárias.

O que o Governo não revelou, mas o @Verdade descobriu, é que a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul acumulou ao longo destes 9 anos um bilionário passivo que deixa para os moçambicanos pagarem.

O empréstimo contraído pelo Estado ao EXIM Bank da China para suportar os custos, recorde-se inflacionados em mais do dobro, foram repassados à Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul

Relatório de Execução Orçamental do Governo.

39,2 bilhões de meticais em dívida à China

O @Verdade sabe que ao contrário da ideia propalada pelo ministro da Economia e Finanças que a Maputo Sul iria “apresentar soluções de rentabilização da infra-estrutura e o Governo depois vai decidir o modelo de pagamento da dívida” na realidade o empréstimo já começou a ser amortizado, ainda antes da sua inauguração a 10 de Novembro e os fundos tem estado a ser disponibilizados pelo erário.



Dívidas e prejuízos operacionais da Maputo Sul “vai tudo para as Finanças”

Além desse empréstimo a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul contraiu pelo menos 3 empréstimos à banca nacional cuja finalidade o Governo não revela mas o @Verdade apurou que parte terá sido usado para a comparticipação de 5 por cento que o Governo teve de fazer nos termos do acordo com a China, cerca de 1,8 bilhão de meticais, todavia mais do que um bilhão

ANEXO INFORMATIVO 2
MOVIMENTO DOS CRÉDITOS DO ESTADO, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
(Em Mil Meticals)

	Saldo em 31/12/2017	Desembolsos em 2018	Reembolsos em 2018	Saldo em 31/12/2018
CRÉDITOS DO TESOURO	2.048.518	0	3.366	2.046.208
ATROMAP	52.820	0	0	52.820
Água Vumba	9.486	0	0	9.486
CEGRAF a)	10.689	0	0	10.689
Chá Montes Matate	45.522	0	0	45.522
Chá Namae (Org. Namamoi)	6.000	0	0	6.000
Colégio Alvor	21.684	0	0	21.684
Colégio Kugombwé	10.644	0	0	10.644
Comunidade Mahometana	165.333	0	2.310	163.023
FASOL	36.708	0	0	36.708
KANES	2.558	0	0	2.558
LOMACO	680	0	0	680
LUSALITE	3.769	0	0	3.769
MABOR	5.864	0	0	5.864
Mecula	42.294	0	0	42.294
Metalec	8.300	0	0	8.300
MOPAC	72.452	0	0	72.452
MOZOCOS	21.906	0	0	21.906
MOZOCOR	7.807	0	0	7.807
Nhama Comercial, Lda a)	3.496	0	0	3.496
Pavibloco	473	0	0	473
SOMOPESGAMBA	478	0	0	478
SOTUR	34.248	0	0	34.248
SPAR	31.320	0	0	31.320
TECAP	1.926	0	0	1.926
Técnica Industrial a)	15.232	0	0	15.232
Trans-Austral	38.360	0	0	38.360
TSL	67.255	0	0	67.255
UGC	1.167.430	0	0	1.167.430
JFIS-SAN a)	1.804	0	0	1.804
Banco Terra	0	0	0	0
Refinanciamentos PREVIDA	0	0	0	0
Ajuda Alimentar	161.980	0	0	161.980
Juros de Ajuda alimentar b)	0	0	1.056	0
Compensação de Seguros	0	0	0	0
ACORDOS DE RETROCESSÃO	98.030.777	11.864.861	92.765	108.802.872
CFM	4.066.589	0	0	4.066.589
EDM	24.545.626	2.516.146	0	27.061.772
FIPAG	11.525.617	2.575.726	60.756	14.040.587
HCB	-262.793	0	25.441	-288.234
TDM	1.551.418	0	0	1.551.418
ADM	5.141.275	0	0	5.141.275
FARE	1.097.256	0	0	1.097.256
FFPI	138.749	0	0	138.749
FFH	386.065	0	0	386.065
FFP a)	158.522	0	3.993	154.529
ANE - F. Estradas	12.076.883	0	0	12.076.883
FAPUGAPI	242.917	29.296	2.575	269.638
Maputo Sul	32.412.931	6.743.693	0	39.156.623
IGEPE	514.074	0	0	514.074
RPD	4.435.647	0	0	4.435.647
Outros Reembolsos	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0
TOTAL	100.079.236	11.864.861	96.132	111.849.066

a Administração Nacional de Estradas e o Fundo de Estradas, que têm como mandato, fazer a gestão, manutenção e

como Acordo de Retrocessão e a 31 de Dezembro de 2018 totalizavam 39.156.623.000 meticais, de acordo com o

não foi possível apurar a sua finalidade pois o montante global da dívida rondava os 2,8 bilhões de meticais.

Novembro de 2018

Quadro n.º IX.22 – Outras Dívidas Internas 2017
(Em mil Meticals)

Tipos de Dívida/ Entidade	Saldo da Dívida em 31/12/2016 (1)	Desembolsos (2)	Serviços da Dívida			Cancelamento/ Variação Capital (6)	Saldo da Dívida em 31/12/2017 (1+2-3-4)
			Amortização (3)	Juros (4)	Total (5)		
(Agrupadas (Dívida com Fornecedores))	-	-	-	-	-	-	-
Financiamento Bancário	12.787.280	0	2.896.349	1.318.764	4.215.113	2.842.453	7.846.479
Compensação de Gastos em 2010	736.528	0	0	0	0	0	736.528
Compensação de Gastos em 2015	1.800.000	0	0	26.817	26.817	1.323.023	2.474.073
Tributação (Reembolsos do IVA)	8.170.752	0	2.896.349	1.281.636	4.177.985	0	4.018.404
Dívida Acumada	412.000	3.637.511	0	375.814	375.814	36.777	4.232.734
Maputo Sul 1	112.000	23.872	0	0	0	0	135.872
Maputo Sul 2	0	0	0	2.146	2.146	0	2.146
Maputo Sul 3	2.427.370	0	0	0	0	0	2.427.370
Landos Aterros de Moçambique (LAM)	300.000	0	0	0	0	36.777	263.223
Fundo de Entrada 1	0	0	0	373.678	373.678	0	373.678
Fundo de Entrada 2	0	1.181.300	0	0	0	0	1.181.300
Ministérios da Cultura e Tecnologia	0	4.909	0	0	0	0	4.909
Leasing - Construção de Edifícios Públicos	6.385.833	15.219	296.297	785.894	1.082.190	0	6.118.756
Tribunal Administrativo	287.893	0	578.000	28.546	846.439	0	139.450
Ministério da Função Pública	15.413	0	7.571	2.940	10.511	0	7.844
Ministério do Turismo	15.439	0	7.577	2.951	10.528	0	7.835
Ministério da Energia	146.404	15.319	73.103	93.549	168.651	0	288.372
Autarquia Tributária de Moçambique	987.349	0	66.886	227.149	294.334	0	900.862
Ministério da Justiça	86.823	0	0	0	0	0	86.823
Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade	87.142	0	7.893	23.416	31.309	0	80.979
Edifício de Multi-Serviços	4.579.533	0	0	299.197	299.197	0	4.878.730
Banco Central	34.528.874	12.872.782	12.872.782	288.688	12.462.782	846.756	34.282.394
Operações do Tesouro de 2005 D Síntese	1.500.000	0	96.000	96.000	192.000	0	1.500.000
Empréstimo BM 2006	1.500.000	0	96.000	96.000	192.000	0	1.500.000
Empréstimo BM 2007	1.500.000	0	96.000	96.000	192.000	0	1.500.000
Empréstimo 1 - BM 2016	7.202.151	0	0	0	0	0	7.202.151
Empréstimo 2 - BM 2016	4.829.878	0	0	0	0	0	4.829.878
Empréstimo 3 - BM 2016	2.239.917	0	0	0	0	0	2.239.917
Empréstimo 4 - BM 2016 (PTA-Bank)	143.750	0	0	0	0	143.750	0
Empréstimo 5 - Paga de RT a 2016	10.580.000	0	0	0	0	0	10.580.000
Empréstimo 6 - Paga de RT a 2016	3.040.500	0	0	0	0	0	3.040.500
Empréstimo Adiantamento p/ Gastos em 2017	3.074.282	0	3.074.282	0	3.074.282	0	0
Empréstimo Adiantamento p/ Gastos em 2018	3.600.000	0	3.600.000	0	3.600.000	0	0
Empréstimo Adiantamento p/ Gastos em 2019	3.488.500	0	3.488.500	0	3.488.500	0	0
Empréstimo Adiantamento p/ Gastos em 2020	0	0	0	148.549	148.549	0	0
Taxa de Manutenção na BVM	1.640	0	0	1.640	1.640	0	0
Honorários da BVM	154.703	0	0	154.703	154.703	0	0
Contas de Valores Mobiliários	12.217	0	0	12.217	12.217	0	0
Total	94.233.164	19.825.513	15.139.427	2.856.207	18.016.332	2.224.881	82.674.372

Fonte: DPT

O Tribunal Administrativo refere no seu Parecer à Conta Geral do Estado de 2017 que nessa altura o saldo em dívida da Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul era 2,8 bilhões de meticais, montante entretanto assumido pelo Estado como Dívida Pública Interna.

8,2 bilhões de meticais foi o resultado líquido de 2017

Mas a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, responsável pela construção dos maiores projectos de infra-estrutura pós-independência, cometeu inúmeras infracções financeiras. Os contratos com os empreiteiros chineses foram pagos

da lei moçambicana, contudo até ao momento nenhum gestor da Empresa Pública foi responsabilizado.

É importante notar que Executivo extinguiu esta Empresa Pública que nunca publicou as suas contas devidamente auditadas contudo o Tribunal Administrativo revelou que a Empresa Pública acumulou sucessivos resultados líquidos negativos que no fecho do exercício de 2017 totalizavam 8,2 bilhões de meticais negativos.

Entrevistado pelo @Verdade a respeito de como ficam as contas da Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul agora extinta o ministro Machatine esclareceu que: “Nós agora vamos montar uma equipa que vai fazer a gestão e apurar tudo o que existe, mas aquelas grandes dívidas da ponte, Circular vai tudo para as Finanças”. Por-

Novembro de 2018

Quadro n.º VI.9 – Resultado Líquido das Empresas Subsidiadas
(Em mil Meticals)

Empresa	Situação Líq. Inicial	Proveitos	Custos	Situação Líq. Final
1	2	3	4	5=(3-4)+2
Hidráulica de Chókwe E.P.	-207.656	131.856	143.756	-219.556
Rádio Moçambique E.P.	-1.888.196	706.254	839.623	-2.021.566
Televisão de Moçambique E.P.	-126.456	566.110	636.947	-197.293
Electrecidade de Moçambique	-527.190	35.651.030	38.081.760	-2.957.920
Empresa de Desenv. de Maputo Sul E.P.	-8.525.139	4.348	-357.340	-8.163.451
Regadio do Baixo Limpopo	-13.884	163.864	172.622	-22.642

Fonte: Anexo Informativo 3 da CGE-Apuramento definitivo de resultados

sem o visto obrigatório do Tribunal Administrativo, adendas foram realizadas nesses contratos ilegais à luz

tanto será assumidas como mais Dívida Pública a somar a existente que está em montantes insustentáveis.

Praxe académica passa a ser motivo de expulsão na Universidade Lúrio

A Universidade Lúrio (UniLúrio) alterou o seu Regulamento de Pedagógico, no seguimento de actos de violência física e psicológica que foram perpetrados contra caloiros do ano lectivo do 2018, passando a aplicar a pena de “expulsão” ao estudante que a praticar.

Texto: Adérito Caldeira

“(…) em face da escalada de violência física e psicológica a novos ingressos associada à actividade de praxe académica, a necessidade de proibir o seu exercício na Universidade” pode-se ler na Deliberação da UniLúrio publicada semana finda em Boletim da República.

A decisão, tomada em Julho do ano passado mas que só agora tem a força regulamentar, está plasmada na alínea c do artigo 64 que anteriormente penalizava com a expulsão as “cerimónias de recepção de caloiros não autorizadas pelo Director da Faculdade, responsável da residência, ou a realização fora dos parâmetros da autorização” e no novo Regulamento determina que será definitivamente expulso da UniLúrio o estudante que “realizar baptismo, praxe académica ou cerimónia de recepção dos caloiros/novos ingressos”.

Desaceleração do PIB em Moçambique e pagamentos dos Mega Projectos ditam aumento das Reservas Obrigatórias em divisas



A desaceleração da economia moçambicana, que caiu para 3,3 por cento, e a balança de pagamentos do último trimestre de 2018, onde o destaque é o crescimento em 143 por cento da factura de serviços importados pelos Mega projectos, surpreenderam o Banco de Moçambique que nesta quarta-feira (06) reuniu numa inédita sessão extraordinária do Comité de Política Monetária onde decidiu aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira de 27 para 36 por cento.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 10 →

Gerais 2019: CNE espera recensear 13 milhões de moçambicanos, pouco acima do registo conseguido em 2014

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) espera recensear 13 milhões de votantes para as eleições gerais – presidenciais, legislativa e das assembleias provinciais – marcadas para 15 de Outubro deste ano. Moçambique tem 28.9 milhões de habitantes, segundo a informação preliminar do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Texto & Foto: Emildo Sambo

O recenseamento eleitoral decorrerá de 01 de Abril a 15 de Maio próximos, nos distritos sem autarquias locais.

De 16 de Abril a 15 de Maio, haverá actualização do mesmo processo nos distritos municipais e, simultaneamente, no estrangeiro, recordou o porta-voz da CNE, Paulo Cuinica.

Para o efeito, foram criados 8.027 postos de recenseamento, das quais 290 no estrangeiro, assistidos por 5.316 brigadas.

Nas eleições gerais de 2014, aquele órgão do Estado falhou a meta de inscrever 12 milhões de cidadãos, tendo conseguido chegar aos 10 milhões e 500 mil (86%).

O processo, prolongado por 10 dias para permitir que os residentes de algumas zonas do distrito da Gorongosa e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, pudessem ser recenseados, decorreu sob tensão político-militar em Sofala, opondo o Governo e o principal partido da oposição.

Paulo Cuinica, qua falava à imprensa, na quarta-feira (06), em Maputo, não avançou pormenores em torno da estimativa de eleitores, para o presente escrutínio, por si



referido.

Refira-se que, em Moçambique, o recenseamento eleitoral tem sido caracterizado por problemas de equipamento e faltou energia elétrica em alguns postos, sobretudo nas recônditas.

Confrontado com a possibilidade de o recenseamento eleitoral não decorrer com sucesso em alguns distritos de Cabo Delgado, sobretudo do interior, devido à violência, o responsável disse: “em 2013 e 2014 estávamos a lidar com a mesma situação no centro do país, mas houve recenseamento (...)”.

Segundo ele, nas regiões de onde a popula-

ção fugiu, por conta de calamidades naturais tais como cheias, haverá concertação com as comissões distritais de eleições com vista a identificar os locais onde os postos de recenseamento podem ser instalados ou recorrer-se-á a brigadas móveis.

Dados preliminares do último Censo Geral da População e Habitação (CENSO 2017), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que somos 28 milhões 861 mil habitantes, dos quais 15.061 milhões são mulheres e 13.800 milhões homens.

A província de Nampula é a mais populosa do país, seguida da Zambézia. Ambas representam 40% da população. O INE disse que os resultados definitivos serão conhecidos em Junho deste ano.

O porta-voz da CNE disse, num outro desenvolvimento, que a instituição a que está afecta estendeu o prazo de entrega de nomes dos fiscais de partidos políticos e ligações de partidos políticos para o dia 14 de Março em curso.

Adicionalmente, os observadores interessados em acompanhar a preparação e a realização das eleições gerais podem se inscrever.



→ continuação Pag. 09 - Desaceleração do PIB em Moçambique e pagamentos dos Mega Projectos ditam aumento das Reservas Obrigatórias em divisas

Através de um lacónico comunicado o Banco de Moçambique informou que o seu Comité de Política Monetária (CPMO) reuniu em sessão extraordinária, inédita, onde “decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 14,25 por cento”.

“Adicionalmente, em face da disponibilidade de novas informações que apontam para o agravamento da percepção dos riscos externos e consequente maior volatilidade do Dólar no mercado internacional, comparativamente à avaliação feita na última sessão, o CPMO deliberou aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira em 900 pontos base, para 36 por cento, com efeitos a partir do período de constituição que inicia no dia 7 de Março de 2019, tendo mantido as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos e da Facilidade Permanente de Cedência em 11,25 por cento e 17,25 por cento, respectivamente, bem assim o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional em 14 por cento”, acrescenta o documento recebido pelo @Verdade.

Diante da nova postura de mutismo do BM o @Verdade entende que os “riscos externos” referidos estão directamente relacionados com os dados preliminares da balança de pagamento, que não estavam disponíveis



quando se realizou o 1º Comité de Política Monetária de 2019, a 11 de Fevereiro passado.

O CPMO teve de tomar estas medidas para que as importações, que cresceram 18,1 por cento comparativamente às exportações que aumentaram apenas 10 por cento, não causem ainda mais pressão no mercado cambial. É que desde Outubro o metical tem vindo a depreciar-se tendo sido vendido nesta quarta-feira (06) a 63,44 meticais no maior banco comercial a operar em Moçambique.

Analisando esta conta que regista as transacções de Moçambique com o exterior o @Verdade apurou que contribuiu significativamente para o aumento das importações os serviços contratados ao exterior que entre 2017 e 2018 dispararam 39,4 por cento, de 2,9 biliões para 4,2 biliões de dólares norte-americanos. Especificamente rubrica de importação de “Assistência Técnica e Outros Serviços Relacionados com Comércio” para os Mega Projectos da indústria extrativa aumentaram em 143 por cento, de 1,2 bilião em 2017 para 2,8 biliões de dólares norte-

-americanos em 2018.

Proteger as Reservas Líquidas Internacionais, manter a inflação baixa e deixar o cambio flexível

Outros factores que ditaram a sessão extraordinária do Comité de Política Monetária, na óptica do @Verdade, estão relacionados com os números das Contas Nacionais do 4º Trimestre que mostraram uma economia ainda em desaceleração, para níveis do ano 2000, ficando-se por um módico crescimento de 3,3 por cento, comparativamente a perspectiva de 5,3

do Governo de Filipe Nyusi.

O crescimento esteve abaixo das expectativas, até do Fundo Monetário Internacional, em todos os sectores com excepção dos não produtivos de Administração Pública, Defesa e Segurança e da Educação.

É entendimento do @Verdade que a alteração apenas do coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira, de 27 para 36 por cento, visa objectivamente para reter mais divisas no banco central para atingir um dos principais objectivos da Política Monetária actual que é a protecção das Reservas Líquidas Internacionais (RIL) que permitem 7 meses de importação de bens e serviços, no entanto quando incluídas as transacções dos Mega Projectos esse conforto baixa para 4 meses.

Desde que Rogério Zandamela assumiu são objectivos do Banco de Moçambique é proteger as RIL, manter a inflação baixa e deixar o cambio flexível ao mercado.

A expectativa nos próximos tempos é saber como vai o mercado reagir também tendo em conta os riscos internos que o BM não especifica mas o @Verdade tem revelado estarem a influenciar a economia, são o caso Manuel Chang, as negociações para a Paz definitiva e até mesmo Comité Central do partido Frelimo.

Licença por maternidade pode chegar a 90 dias e a proposta para o efeito carece do crivo do Parlamento

A licença de maternidade para as mulheres trabalhadoras passará dos actuais 60 para 90 dias, segundo a proposta de revisão da Lei do Trabalho, aprovada na terça-feira (05) pelo Governo. O documento, em vias de ser submetido à Assembleia da República (AR), esclarece que “a idade de admissão para o trabalho é de 18 anos”, mas abre excepção a crianças de 15 anos, “mediante autorização, por escrito, de um representante legal”. Caso contrário, o contrato é nulo.

Texto: Redacção

Das várias inovações, a proposta de revisão da Lei no. 23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho), inclui “infracções disciplinares” em caso de assédio e/ou assédio sexual, disse a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), Vitória Diogo.

Na sugestão que poderá passar a reger as relações laborais no país “considera-se assédio qualquer comportamento inconveniente (...) praticado no momento de acesso ao emprego ou ainda no próprio emprego, trabalho ou formação profissional com a finalidade de abalar, causar perturbação ou constrangimento a determinada pessoa com gestos, palavras ou violência, atingindo

a sua dignidade, ou originando ambiente laboral intimidativo, discriminatório, humilhante ou vexatório, hostil, desestabilizador da saúde física e psíquica”, compulsou o @Verdade.

Constitui assédio sexual todo o acto constrangedor de determinada pessoa feito com gestos, palavras ou com o recurso a violência que visa obter favorecimento ou vantagem sexual, refere o documento com 155 página e 273 artigos.

Segundo Vitória Diogo, que falava a jornalista no fim da 7ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, a proposta de revisão da Lei do Trabalho versa ainda

sobre o “pluriemprego”.

Esta modalidade ocorre quando um trabalhador celebra mais de um contrato de trabalho e se obriga a prestar trabalho subordinado para vários empregadores tendo como contrapartida remuneração.

Na proposta o Executivo manteve, por exemplo, a “pluralidade de empregadores”, uma forma de trabalho consiste em o trabalhador poder celebrar um único contrato e obrigar-se a prestar trabalho a vários empregadores, desde que entre estes exista uma relação societária de participações recíprocas, de domínio ou de grupo, ou que mantenham entre si uma estrutura organizativa comum.

Vitória Diogo participa na reunião anual dos ministros e parceiros sociais do sector do trabalho e emprego da SADC

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, participa na reunião anual dos ministros e parceiros sociais do sector do trabalho e emprego da SADC, a ter lugar, em Windhoek, Namíbia, quinta e sexta-feira, dias 7 e 8 de Março corrente.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O encontro tem por objectivo rever a implementação das decisões dos ministros e parceiros sociais tomadas em 2018, em Cape Town, África do Sul, e tomar medidas com vista ao fortalecimento da contribuição do sector do trabalho e emprego, rumo à integração e desenvolvimento regional de acordo com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (2015-2020).

A reunião servirá também de plataforma para a comemoração do centenário da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao nível da região da SADC, no dia 8 de Março.

Importa realçar que, chefiada pela ministra dos Trabalho, Emprego e Segurança Social, a delegação moçambicana tem uma composição tripartida que inclui quadros do Governo, representante dos trabalhadores (OTM-CS e CONSILMO) e representantes dos empregadores (CTA-Confederação das Associações Económicas de Moçambique).

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Jornalistas "portugueses" pedem a Filipe Nyusi soltura de Amade Abubacar e lembram que a sua detenção priva população de informação

O Presidente da República, Filipe Nyusi, deve envidar esforços para a "libertação imediata" do jornalista Amade Abubacar, detido na província de Cabo Delgado, insta a Federação dos Jornalistas de Língua Portuguesa (FJLP), sediada no Brasil.

Texto: Emildo Sambo

Segundo aquela agremiação, para além do que se passa com Amade Abubacar, os jornalistas da Comunidade do Países de Língua Portuguesa (CPLP), recebem, apavorados, notícias de que os seus colegas estrangeiros e locais têm sido impedidos de trabalhar e são detidos de forma arbitrária, o que é uma afronta à democracia.

De 32 anos de idade, o jornalista da Rádio Comunitária Nacedje e colaborador da Zitamar News foi detido no dia 05 de Janeiro deste ano, por militares e em pleno trabalho, no distrito de Macomia.

Na altura, ele entrevistava e fotografava civis que chegavam à vila de Macomia, à procura de refúgio na sequência dos ataques perpetrados por grupos armados, desde 05 de Outubro de 2017.

Há 63 dias em que ele está a ver o sol aos quadrinhos na penitenciária de Mize (Cabo Delgado), acusado pelas autoridades judiciais de "instigação pública com recurso a meios informáticos".

A FJLP endereçou um ofício ao Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas, a sensibilizá-lo e a requerer os seus esforços na "libertação imediata" do jornalista.

A liberdade do visado "é urgente e fundamental" e para que ele continue a realizar o seu trabalho e necessário que lhe sejam assegurado os seus direitos constitucionais (...).

Aquela agremiação diz ainda que as entidades profissionais e de defesa dos direitos humanos em todo o mundo condenam a acção de militares sobre jornalista no exercício da profissão, mormente

continua Pag. 12 →



Indiferente às iniciativas da Sociedade Civil e as acções atrasadas da Procuradoria-Geral da República o Governo reafirmou a sua vontade de continuar a negociar com os credores dos empréstimos contraídos violando a Constituição e leis orçamentais porque "são muito importantes para a reinserção de Moçambique no mercado financeiro internacional". Contas do @Verdade mostram que os 2 biliões contraídos durante a Governação de Armando Guebuza poderão custar ao povo pelo menos 4 biliões de dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 12 →

Nyusi e Ossufo realinham etapas para Acordo de Paz antes das Gerais

O Chefe de Estado, Filipe Nyusi, e o presidente do partido Renamo, Ossufo Momade, voltaram a encontrar-se na manhã desta quinta-feira (07) na cidade de Maputo. "(...) Estivemos a fazer o alinhamento do que deve acontecer até a celebração do Acordo de Cessação das Hostilidades" explicou o Presidente da República, porém o @Verdade apurou o início do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos militares do partido de oposição continua pendente da entrega da lista daqueles que vão ser integrados na Polícia.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

Enquanto Momade mantém-se mudo, nenhuma declaração pública prestou sobre este ou o encontro do passado dia 27, Nyusi faz as vezes de porta-voz das reuniões e começou por declarar que Moçambique "está estável".

"Estamos a gerir a paz, aliás como disse-vos ainda esta manhã muito cedo estive reunido com o presidente da Renamo, Ossufo Momade, em menos de uma semana é a segunda reunião que faço, onde estivemos a fazer o alinhamento do que deve acontecer até a celebração do Acordo de Cessação das Hostilidades ou mesmo de Paz",



esclareceu o Chefe de Estado.

O Presidente recordou que dos encontros com a liderança do

maior partido de oposição "conseguimos pelo menos a cessação das hostilidades desde o fim do ano 2016

continua Pag. 12 →



→ continuação Pag. 11 - Governo insiste que pagar dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM é melhor do que não pagá-las

Através de um folheto o Ministério da Economia e Finanças (MEF) tenta esclarecer aquelas que considera serem as perguntas mais frequentes sobre a Dívida Pública Externa de Moçambique.

Sem nenhuma novidade o panfleto publicado em Fevereiro começa por estabelecer que: “O Estado deve 13,4 biliões de dólares americanos, dos quais 11,2 biliões correspondente a dívida pública externa e 2,2 biliões de dívida interna”.

O MEF procura diferenciar a dí-

a inclusão das garantias soberanas não significa a sua legalização e que essa decisão dos deputados do partido Frelimo, por proposta do Governo de Filipe Nyusi, “não afecta em si o bolso do cidadão”. Outra falácia que cada moçambicano pode desmentir verificando os seus bolsos.

No entanto a pergunta mais importante, que o @Verdade entende ser a razão fulcral da publicação, é se “O Estado moçambicano deve ou não pagar a dívida soberana e garantida?”.

dívidas ilegais é melhor do que não pagar.

“O Governo está a acompanhar os últimos acontecimentos na esfera da justiça nacional e internacional e, protegendo sempre os interesses do Estado, vai continuar com as negociações para a conclusão do processo que se arrasta desde 2016. Estas negociações são muito importantes para a reinserção de Moçambique no mercado financeiro internacional e reforçar a confiança dos agentes económicos”, lê-se no folheto.

não assumir o seu pagamento.

“Investidores são espertos os mercados financeiros estão interligados”

Banqueiros nacionais explicaram ao @Verdade que mesmo que o Governo de Nyusi decidisse avançar com um processo judicial de repúdio das dívidas, ainda que se aliasse ao Fórum de Monitoria do Orçamento e até a organização britânica Jubilee Debt Campaign, seria uma batalha judicial sem fim à vista que iria prolongar a crise que

espertos os mercados financeiros estão interligados e por isso não convém entrar num contencioso como fez a Argentina que esteve quase duas décadas para acabar por pagar como forma de poder regressar aos mercados financeiros de capitais”.

Embora diferente do default que Moçambique está mergulhado em 2001 o país sul-americano, mergulhado em sucessivas crises político-sociais decidiu parar da pagar a avultada dívida pública deixou de ter um programa com o FMI. Foi con-

1. Quanto é que o Estado deve?

i) O Estado deve 13,4 biliões de dólares americanos, dos quais USD 11,2 biliões correspondente a dívida pública externa e USD 2,2 biliões de dívida interna.

ii) Na componente da dívida externa, USD 1,86 biliões corresponde a dívida comercial, montante que inclui USD 727 milhões da dívida soberana titulada mais USD 1,13 biliões referentes a dívida sindicada e garantida (vide o gráfico abaixo).

Stock da Dívida Pública	(Milhões USD)	2016	2017	2018**
Dívida do Sector Público		11.314	12.750	13.430
Dívida Externa do Sector Público		10.085	10.921	11.186
1. Banco de Moçambique		248	248	248
2. Governo Central		9.627	9.488	9.751
Multilateral		3.791	4.180	4.301
Bilateral		4.109	4.581	4.726
MOZAM2023 (EMATUM) a)		727	727	727
3. Garantias		1.249	1.185	1.185
Proindicus b)		622	597	597
MAM b)		535	535	535
Outras Garantias (ex. EDM, F. do Estradas)		53	53	53
4. Dívida Interna		1.229	1.829	2.244

** Dados referentes ao III Trimestre de 2018
a) Dívida Soberana Titulada
b) Dívida Sindicada e Garantida

2. Quais são as principais diferenças entre dívida soberana titulada e dívida sindicada garantida, incluída na nossa dívida comercial?

i) A dívida soberana titulada é aquela que se encontra cotada nos mercados de capitais internacionais desde 2013, com a designação inicial de EMATUM2020 e MOZAM2023, desde 2016, na sequência da reestruturação solicitada pela empresa EMATUM e em poder de muitos investidores, que para a negociação com o Governo designam seus representantes.

ii) A dívida sindicada garantida é aquela titulada pelas empresas em que o Estado figura apenas como garante da mesma e só passa a soberana se a empresa garantida não conseguir pagá-la e, nesse caso, o líder do sindicato executa a garantia (conversão da garantia soberana em numerário).

3. Porquê se diz que as garantias emitidas pelo Estado são inconstitucionais?

i) Pode resultar da interpretação da alínea p) do número 2 do artigo 179, agora 178, da Constituição da República de Moçambique, que diz o seguinte: é da competência exclusiva da Assembleia da República “autorizar o Governo definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite máximo das garantias e avals a conceder pelo Estado”.

ii) Na verdade, a Assembleia da República define as condições gerais em cada Lei Orçamental anual. Por exemplo, o artigo 9 das leis orçamentais dos anos 2013 e 2014 incorpora todo o conteúdo da alínea p) da Constituição da República.

iii) Assim, qualquer contratação, concessão e emissão de garantias deve obedecer os limites fixados em cada Lei Orçamental e não solicitar autorização por cada operação como parecem sugerir os que dizem que as garantias são inconstitucionais. Os casos omissos na execução Lei Orçamental são tratados na Lei 9/2002 do SISTAFE.

4. A inclusão das garantias soberanas na Conta Geral do Estado e sua aprovação pela Assembleia da República significa legalização da dívida comercial?

i) Não significa legalização. A Conta Geral do Estado é equivalente ao Relatório e Balanço de Contas do exercício económico de uma empresa. Nela devem ser registadas todas as operações que alteram ou possam alterar o património do Estado, como são os casos de garantias emitidas pelo Estado.

ii) De acordo com o prescrito no artigo 36 e seguintes, do Subsistema da Contabilidade Pública, da Lei 9/2002 do Sistema de Administração das Finanças do Estado (SISTAFE), o registo é necessário para que o Tribunal Administrativo, como auditor externo da Conta Geral do Estado, possa julgá-la e remetê-la, com ou sem reservas, à Assembleia da República para esta deliberar, aprovar ou, havendo matéria que justifique, criar Comissões Parlamentares de inquéritos, como foi o caso das garantias soberanas. Sem o registo na Conta Geral do Estado não haveria nada a julgar.

5. O facto de a dívida comercial soberana e garantida pelo Estado ter sido inscrita na Conta Geral do Estado (CGE) 2014 e 2015, respectivamente, vai pesar no bolso do cidadão (custo de vida)?

i) O registo e inscrição da dívida comercial soberana e garantida pelo Estado nas CGE de 2014 e 2015 não afecta em si o bolso do cidadão.

ii) A dívida garantida pelo Estado, se não for paga pelas empresas que a contraíram vai pesar no Orçamento do Estado porque será necessário redireccionar as despesas do orçamento para pagar o serviço da dívida, baixando a qualidade de serviços públicos pela redução ou falta de dinheiro.

iii) Também se o orçamento não suportar a dívida e o Estado faltar ao pagamento, o risco do País aumenta, aumentando também os juros de empréstimos públicos e do sector privado, com consequências na produção e produtividade nacional.

iv) E por isso que o Estado reforçou a disciplina para a contratação e emissão de garantias soberanas, aprovando o Decreto 77/2017, de 28 de Dezembro (aprova procedimentos relativos a emissão e gestão da dívida pública e das garantias pelo Estado), de modo a evitar a repetição da falta de registo nas CGE, das garantias soberanas ocorridas em 2013 e 2014, a favor de Proindicus e MAM, respectivamente.

v) Este facto contribui para que a Assembleia da República e o Fundo Monetário Internacional (FMI) não tivessem conhecimento daquelas garantias. No âmbito do acordo de adesão ao FMI, este acto foi considerado *misreporting* (prestação de informação incorrecta e passível de sanções).

vi) Foi necessário que as equipas técnicas do Governo e do Fundo reconcilassem os números das dívidas para que o Conselho de Administração do FMI, na sua sessão do dia 21 de Novembro de 2016, aprovasse os dados obtidos do trabalho conjunto.

6. O Estado moçambicano deve ou não pagar a dívida soberana e garantida?

i) Nos termos do nº 2 do artigo 66 da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que regula o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), as demais pessoas colectivas públicas respondem civilmente pelos danos causados a terceiros nos termos da lei. Isto quer dizer que, pelos actos praticados por seus funcionários e Agentes, o Estado responde solidariamente.

ii) Pelos valores pagos a terceiros, o Estado pode exigir ao funcionário e Agente considerado culpado, no caso que originou o pagamento a terceiros, o respectivo reembolso conforme disposto no nº 5 do mesmo artigo (direito de regresso).

7. O Governo moçambicano vai pagar a dívida garantida com as receitas provenientes da exploração do gás?

i) O pagamento do serviço da dívida pública é feito usando as receitas fiscais resultantes das actividades económicas do País no geral, nomeadamente: agricultura, energia, turismo, incluindo o gás e outros serviços.

ii) A inclusão de instrumento financeiro VRI (Valor de Recuperação do Investimento) é uma contraproposta dos credores apresentada ao Governo. Segundo os credores, a principal razão para o Estado não pagar a dívida desde 2016 prende-se a problemas de tesouraria.

iii) Estando prevista uma melhoria significativa de receitas fiscais a partir da entrada em produção da indústria de gás, nas áreas 1 e 4 da Baía do Rovuma, os credores consideram que o Governo deveria compensá-los pela longa espera do pagamento da dívida, usando aquele derivado financeiro (VRI).

iv) O Governo está a acompanhar os últimos acontecimentos na esfera da justiça nacional e internacional e, protegendo sempre os interesses do Estado, vai continuar com as negociações para a conclusão do processo que se arrasta desde 2016. Estas negociações são muito importantes para a reinserção de Moçambique no mercado financeiro internacional e reforçar a confiança dos agentes económicos.

www.mef.gov.mz

vida da EMATUM dos empréstimos das empresas Proindicus e MAM explicando que a primeira é dívida soberana titulada e “se encontra cotada nos mercados de capitais internacionais desde 2013” e nas outras “o Estado figura apenas como garante da mesma e só passa a soberana se a empresa garantida não conseguir pagá-la e, nesse caso, o líder do sindicato executa a garantia (conversão da garantia soberana em numerário).

Contudo o folheto não refere que a Proindicus não conseguiu iniciar a amortização da sua dívida e o Estado teve de endividar-se para pagar 67.514.720 dólares aos bancos Credit Suisse e Vnesh Torg Bank, e ainda a Palomar Capital Advisor AG.

O folheto insiste na mentira que

“Estas negociações são muito importantes para a reinserção de Moçambique no mercado financeiro internacional”

Indiferente as iniciativas da sociedade civil, que fez petições ao Conselho Constitucional e enviou cartas para o banco suíço e instituições de regulação do Reino Unido, e as actividades folclóricas da Justiça moçambicana, que de repente deteve 12 cidadãos que alegadamente se terão beneficiado do dinheiro das dívidas e a Procuradoria-Geral da República terá até tentado um acção judicial no Reino Unido para cancelar pelo menos uma das Garantia bancária assinadas por Manuel Chang, o Governo reafirma que o povo moçambicano pagar as

Apesar de parecer uma publicação para enfatizar a posição do ministro Adriano Maleiane, pois até esclarece que à luz da Lei do SISTAFE “pelos actos praticados por seus Funcionários e Agentes, o Estado responde solidariamente” como o ex-Presidente Armando Guebuza deixou claro à Comissão Parlamentar que o inquiriu, a verdade é que Moçambique continua a ser governado em “centralismo democrático” onde no epicentro continua a Comissão Política do partido Frelimo.

Secundando esta posição do Governo de Filipe Nyusi parecem estar os Pázeiros de Cooperação e mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) que em nenhum momento advogaram que Moçambique deveria repudiar as dívidas por serem ilegais e

o país está mergulhado desde 2016 pois antes de haver uma decisão final os mercados financeiros irão manter Moçambique na situação de Estado caloteiro em que está.

Os banqueiros, que esperam um acordo entre o Governo e os credores até Abril, disseram que depois de contraídos os empréstimos e de todas questões em torno deles nesta altura Moçambique precisa de “lavar a cara” e concordam que os “investidores não têm culpa da fragilidade do Governo” aos actos ilegais que foram praticados.

Em entrevista recente ao @Verdade o economista moçambicano Roberto Tibana explicou as razões que tornam não pagar as dívidas ilegais é pior do que pagá-las. “Os investidores são

siderado um Estado pária pelos mercados internacionais e só em finais de 2018, após longas e duras negociações com o Fundo Monetário e após ter amortizado dívidas com vários dos credores a quem dera calote duas décadas, as portas dos mercados financeiros voltaram a abrir-se.

Recorde-se que Novembro último o Ministério da Economia e Finanças anunciou haver chegado a um “acordo de princípios” com grande parte dos credores da EMATUM para reestruturar a dívida. Contas feitas pelo @Verdade indicam que os 2 biliões de dólares norte-americanos contraídos ao Credit Suisse e ao Vnesh Torg Bank em 2013 e 2014 poderão custar ao povo moçambicano 4 biliões de dólares a serem pagos nas próximas duas décadas.

→ continuação Pag. 11 - Jornalistas “portugueses” pedem a Filipe Nyusi soltura de Amade Abubacar e lembram que a sua detenção priva população de informação

quando não há mandado das autoridades judiciais.

Amade foi detido e privado do direito à defesa, negado a possibilidade de responder em liberdade aos crimes de que é acusado, refere a FJLP, salientando que não pretende “questionar a acção” das FDS em Cabo Delgado na “defesa da soberania”, mas sim, vincar que é importante que os cidadãos tenham garantido o “direito de acesso às informações que lhes são importantes”.

Adicionalmente, “na era da globalização”, o mundo “precisa saber das atrocidades cometidas contra as comunidades da região norte de Moçambique” e, para o efeito, “o

trabalho de jornalistas locais e internacionais é de extrema importância”.

O Estado deve “garantir trabalho com segurança” a esses profissionais.

Assim, as autoridades moçambicanas devem, no entender da FJLP, não só libertar Amade, como também criar condições de trabalho seguras e acesso sem intimidações às fontes de informação.

O organismo, que em Setembro deste ano vai refrescar a sua direcção (rotativa), congrega jornalistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Macau (China) e Goa (Índia).

→ continuação Pag. 11 - Nyusi e Ossufo realinham etapas para Acordo de Paz antes das Gerais

até agora, mas é preciso manter e conduzir. Nós já trabalhamos na matéria de descentralização e a sociedade já está a discutir as leis que vão guiar as eleições deste ano, em Outubro”.

Filipe Nyusi confirmou o desejo de ambos de consumarem um Acordo de Paz antes das Eleições Gerais que estão marcadas para 15 de Outubro. “Para dizer que ciclicamente as eleições em Moçambique estão a acontecer, não falham, e tudo fazemos para que não falhem desta vez. Para tal o ambiente de paz também é fundamental”.

No entanto, e tendo em conta o Memo-

rando de Entendimento sobre os Assuntos Militares assinado entre as partes em Agosto de 2018, antes daquele que será o terceiro Acordo de Paz, depois de 1992 e 2014, é imperativo que os guerrilheiros do partido Renamo sejam desarmados, desmobilizados e reintegrados para além das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Deveria ter-se seguido as nomeações de oficiais do partido Renamo para o exército a indicação dos homens que deverão ser enquadrado na Polícia da República de Moçambique e só depois é que estão previstos os passos relativos ao desarmamento.

Abastecimento de água potável à zona alta da Maxaquene: Situação será solucionada ainda dentro deste mês

A Águas da Região de Maputo (AdeM) vai instalar, ainda dentro do corrente mês, um sistema composto por uma bomba booster e seis reservatórios de água, com capacidade para 10 mil litros cada, para melhorar substancialmente o abastecimento de água potável à zona alta da populosa região de Maxaquene, que integra os bairros Maxaquene B e C, no município da cidade de Maputo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para já, a empresa está a proceder ao lançamento de 1.500 metros de conduta 160 MM, que vai transportar a água a partir da zona baixa do referido bairro (Maxaquene A), junto à Avenida Acordos de Lusaka, para Maxaquene B e C, que se debatem com a falta deste precioso líquido, há sensivelmente quatro anos.

Abordado no local onde decorrem as obras de instalação da conduta, Carlos Elija, gestor técnico da área operacional de Maxaquene da empresa AdeM, explicou que o projecto, cujo término está previsto para finais de Março, vai beneficiar cerca de 1.600 clientes, número que irá aumentar com a almejada melhoria de abastecimento de água naqueles Bairros.

“Estamos a fazer o lançamento de uma conduta 160 MM, através da qual perspectivamos abastecer os bairros de Maxaquene B e C, com a finalidade de fornecer água potável a 30 quarteirões desta zona, que estão sem água há mais de quatro anos”, referiu Carlos Elija.

Adicionalmente, conforme sublinhou, a empresa vai providenciar a instalação de uma bomba de água



(booster) para conferir mais ímpeto à distribuição do precioso líquido naquela zona, numa empreitada executada coordenadamente pelos técnicos da AdeM e do FIPAG-Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água.

O gestor técnico da área operacional de Maxaquene lembrou ainda que parte dos clientes dos bairros de Maxaquene B e C tem recebido água, mas com fraca pressão e du-

rante períodos muito curtos do dia, situação que se foi agravando, devido ao problema da escassez da água no Rio Umbelúzi, na província de Maputo.

“Muitas famílias afectadas pela falta de água nestes bairros têm recorrido ao corte de ramais e condutas para obter água para as suas necessidades diárias, situação que será solucionada ainda dentro deste mês”, concluiu.

MTC explica as alterações ao novo regulamento do transporte em automóveis

Os veículos de transporte público de passageiros, com 15 lugares, vão passar a operar em percursos não superiores a 600 quilómetros, podendo, com efeito, explorar, igualmente, o serviço de transporte interprovincial, segundo estipula o novo Regulamento do Transporte em Automóveis (RTA), recentemente, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Em relação ao transporte escolar, todos os veículos, que exploram este serviço, serão identificados pela cor amarela, o que visa permitir que se tenha a consciência de que se está diante de um veículo que transporta crianças e estudantes. Para além do automobilista, as carrinhas escolares contarão com a figura de um vigilante (um acompanhante).

O documento, que fixa medidas a serem observadas pelos operadores de transporte, elimina, por outro lado, o licenciamento de reboques e introduz a licença ocasional, para as pessoas singulares ou colectivas que pretendam transportar objectos particulares ou passageiros.

Numa conferência de imprensa, ocorrida, na sexta-feira, 1 de Março, em Maputo, Cláudio Zunguze, director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e Manuel António, director de Serviços do INATTER- Instituto Nacional dos Transportes Terrestres, explicaram que se pretende com o novo instrumento reorganizar a actividade de transporte de pessoas e bens no País, bem como conferir maior segurança e comodidade aos passageiros.

No âmbito da operação, conforme referiu Cláudio Zunguze, o regulamento determina o licenciamento de veículos de mercadorias para o transporte de passageiros, para veículos com capacidade



de até sete mil quilos, devendo, entretanto observar condições específicas.

“Estes veículos servirão de alimentadores em locais onde não se oferecem outras alternativas de transporte público de passageiros”, frisou, acrescentando que, adicionalmente, o documento traz como inovações a obrigatoriedade do uso do extintor de incêndio, assim como institui o boletim de viagem, que vai congrega diferentes detalhes da viagem, devendo ser objecto de verificação nos diferentes postos de controlo.

“Estabelece, também, uma frota mínima para a emissão do alvará, sendo necessário um mínimo de cinco veículos, o que pressupõe, igualmente, a realização de vistorias, entre outros requisitos”, afirmou.

Em relação ao serviço rent-a-car foi fixado um mínimo de um a nove veículos para singulares e um mínimo de dez veículos, quando se trata de pessoa colectiva.

“A aprovação do Regulamento de Transportes em Automóveis decorre do facto de o decreto 11/2009, de 29 de Maio, mostrar-se desajustado à dinâmica actual do sector dos transportes rodoviários, de modo a que houve a necessidade de se realizar um exercício para instituir-se um novo quadro regulatório”, realçou Cláudio Zunguze.

Trata-se, conforme garantiu, de um instrumento que vai facilitar o processo de informatização do licenciamento, no qual se atribui competência ao ministro que superintende a área dos transportes para regulamentar sobre algumas matérias em caso de anormalidades, como a suspensão e cancelamento de licenças.

Défice de carteiras escolares reduzido na autarquia da Matola

A recente oferta de carteiras pelo Standard Bank, a cinco unidades de ensino primário e secundário da autarquia da Matola, vai ajudar a reduzir o défice deste importante material ao nível da província de Maputo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



De acordo com Jacinto Cajomba, responsável pelo mobiliário na Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano de Maputo, para além de ajudar a suprir o défice exis-

tente, as carteiras, oferecidas pelo banco às escolas secundárias de Matlemele e Boquisso, bem como às primárias completas da Machava, Unidade H e Ngolhosa, vão conferir comodidade aos alunos durante as aulas.

O responsável pelo mobiliário na Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano de Maputo falava, na semana finda, durante o acto de entrega das carteiras às escolas beneficiárias, que se seguiu à cerimónia de oferta simbólica, dirigida pela ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conçeita Sortane.

Na ocasião, o representante do Standard Bank, Eristes Dimene, referiu que esta iniciativa constitui um contributo do banco aos esforços visando a elevação da qualidade de ensino no País.



“O Standard Bank olha para as preocupações da sociedade e, no que diz respeito à educação, acreditamos que a melhoria da sua qualidade depende de todos nós, não só do Governo, razão pela qual decidimos fazer esta oferta, que vai fazer muita diferença no dia-a-dia dos alunos”, explicou Eristes Dimene.

Os beneficiários directos desta iniciativa, os alunos, mostraram-se felizes e igualmente aliviados, dado o sofrimento que caracterizavam as suas aulas.

Heloísa Mendes frequenta a 6ª classe na Escola Primária Completa da Machava e conta o quão penoso era estudar sentada no chão, em contacto com o cimento: “Nos dias de chuva ou de frio, passávamos mal com a humidade, para além de que era muito difícil escrever, porque não tínhamos algo para encostar. A partir de hoje, com as carteiras oferecidas pelo Standard Bank, as condições vão melhorar”.



Por sua vez, Santos Mboane, aluno da 8ª classe na Escola Secundária de Boquisso, conta que “a falta de carteiras dificultava as aulas. A nossa caligrafia não era das melhores, sem contar que, nos dias de teste, o professor não conseguia controlar os alunos”.



EISA reclama clarificação de competências entre os órgãos de descentralização

O Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA) diz que a falta de clarificação de competências entre os governadores provinciais e os secretários do Estado, o risco de descoordenação entre as instituições por conta da possibilidade de o poder administrativo ser exercido por pessoas despreparadas e a não indicação de meios de participação dos cidadãos na governação local são alguns fracassos salientes no processo de descentralização que se pretende implementar em Moçambique.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Segundo Zefanias Matsimbe, oficial de programas no EISA, o regime de articulação entre os órgãos centrais e os órgãos de governação descentralizada pode gerar conflitos de atribuições e competências, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento e implementação dos planos ou programas dos órgãos centrais e dos órgãos de governação descentralizada.

Aquele organismo alerta para a necessidade de o legislador analisar com profundidade as matérias a regular neste contexto, pois, caso contrário, “corre-se o risco de a governação descentralizada gerar inércia e paralisia institucional, por falta ou ambiguidade na definição clara das competências dos órgãos centrais e de governação descentralizada ao nível local”.

Na óptica do EISA ao compulsar-se o número 7 do artigo 10 da Proposta de Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos de Governação Descentralizada, submetida ao Parlamento, constata-se que existe uma tentativa recentralizadora, quando o legislador estabelece que: “os órgãos centrais do Estado enviam, no princípio de cada ano, ao Governador de província, instruções técnico-metodológicas que possibilitem uma planificação e acção coordenada das actividades sectoriais a realizar na província, cuja implementação é da responsabilidade do Estado”.

Esta pretensão representa um certo “desnorte do proponente, por ele entender que as atribuições do Estado são diferentes das dos órgãos de governação descentralizada, o que



não é verdade”.

Trata-se de um problema que resulta do facto de o proponente pretender meter no mesmo pacote legislativo as autarquias locais e os órgãos de governação descentralizada, quando ambas realidades constituem matérias que se situam em planos diversos, disse Zefanias Matsimbe.

O orador criticou igualmente o facto de o pacote de descentralização já em poder da Assembleia da República (AR) não prever os mecanismos de participação dos cidadãos na gestão dos assuntos locais.

De outro modo, a fonte entende que a própria Constituição da República, que a define a participação dos cidadãos como objectivo da descentralização, não elucida de que forma se processa essa participação.

Para o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CA-CDHL) na AR, Edson Macuácu, a legislação sobre a descentralização em vias de discussão e aprovação visa viabilizar as eleições marcadas para 15 de Outubro deste ano e é resultado do acordo político entre o Governo e a Renamo (...).

Ele esclareceu que a dissecação do pacote de descentralização é complexa e, para além de estar apenas a iniciar, levará o tempo que for necessário.

Matsimbe e Macuácu esta segunda-feira (04), em Maputo, num evento realizado pelo EISA, sobre o tema “Princípios para a Regulação do novo Modelo de Descentralização em Moçambique: Uma Contribuição”.

Peças de teatro sensibilizam sobre uso racional da água

A Águas da Região de Maputo (AdeM) está a levar a cabo acções de sensibilização, através do teatro, para o uso racional da água e promoção de boas práticas com vista à gestão eficiente do líquido precioso.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Trata-se de uma medida que visa mitigar a falta de água, derivada da escassez da chuva, que afecta, especificamente, a região sul do País nos últimos anos, o que tem levado a AdeM a apelar para uma melhor gestão no fornecimento e consumo da água a todos os níveis.

A sensibilização, que consiste na encenação de uma curta peça teatral com três personagens, é promovida nas lojas e balcões de atendimento da AdeM nas cidades de Maputo, Matola e no distrito de Boane, e tem como público-alvo clientes, consumidores e a sociedade, no geral.

Através desta iniciativa, conforme explicou Afonso Mahumane, porta-voz da Águas da Região de Maputo, espera-se que as pessoas se consciencializem sobre a necessidade de fazer o uso racional da água.

Mais do que o uso racional, acrescentou, “é necessário que se faça, sempre que possível, o uso repetido da água disponível. Por exemplo, a água que resta depois de lavarmos a roupa pode servir para limpar o chão ou para pôr no autoclismo”, sublinhou o porta-voz, que apontou, igualmente, a conservação e reaproveitamento da água da chuva, como uma forma de evitar o desperdício deste importante recurso.

Para além do teatro, a Águas da Região de Maputo está a disseminar, através de diversas actividades e meios (panfletos, meios de comunicação social, entre outros), informações com vista à criação de uma nova mentalidade na utilização e poupança de água.

De realçar que o fornecimento de água da rede pública está a ser feito em regime de restrições desde 2017, na sequência da seca prolongada que se regista na bacia do Umbelúzi, que abastece as cidades de Maputo e Matola e ainda o distrito de Boane.

Esta acção prolongar-se-á por um período de 30 dias e abrangerá as 22 lojas de atendimento espalhadas pelos três municípios anteriormente mencionados.

Desporto

La Liga: Barça é exaltado como campeão após vitória sobre o Real Madrid

O Barcelona foi exaltado como provável campeão espanhol de futebol na mídia catalã depois da vitória por 1 a 0 sobre o Real Madrid, no sábado, enquanto a imprensa de Madri clamou por mudanças drásticas no Real após mais um fracasso nacional.

Texto: Agências

O chute suave de Ivan Rakitic no primeiro tempo foi o bastante para superar o Real e abrir uma vantagem de 12 pontos sobre o arquirrival, bem como para abrir uma liderança de 10 pontos sobre o segundo colocado, o Atlético de Madri.

“São como campeões”, disse a capa do jornal Sport, de Barcelona, ao descrever a vitória, que ocorreu três dias após outro triunfo sobre o Real Madrid, por 3 a 0, nas semifinais da Taça do Rei, em “mais uma ofensiva ao Santiago Bernabéu”.

O Mundo Deportivo, outro diário de Barcelona, comparou a vitória e as comemorações alegres do time a “uma dança”, acrescentando: “O

Barça pode quase tocar o título depois de matar o Madrid”.

O Barça tornou-se no primeiro time da história do Campeonato Espanhol a vencer quatro jogos seguidos no campo do Real Madrid, o que levou o Sport a exultar a hegemonia do clube catalão em território inimigo. “O Barça pode agora tomar a chave do Bernabéu, um estádio que fizeram de sua casa e onde não sentem nenhum medo, apenas prazer”, disse o editor do jornal.

“O Barça acerta mais um golpe, deixando o Real sem a Taça ou a La Liga no intervalo de três dias”, disse o Marca, jornal com sede em Madri.

O diário madrilenho AS escreveu “Madrid desiste” na sua capa, e também mencionou ser esse o fim de uma era para muitos dos jogadores do clube, que parecem aquém de sua melhor forma, tais como Sergio Ramos, Gareth Bale, Toni Kroos e Marcelo.

“Essa é uma crise que obriga o clube a se reinventar no verão de um jeito profundo depois de um ano turbulento”, disse o jornal. “Mudanças precisam ser feitas na lateral do campo, com o técnico Santiago Solari ficando sem credibilidade, e sobretudo na equipe, onde se tem ostentado jogadores com enormes salários e status insuflados.”

Mundo

Inundações repentinas no Afeganistão matam pelo menos 20 pessoas

Pelo menos 20 pessoas, incluindo crianças, foram mortas no sul do Afeganistão por inundações que engoliram até 2.000 casas e varreram carros, informou neste sábado a agência da ONU que coordena os esforços de ajuda.

Texto: Agências

Chuvvas fortes atingiram a cidade de Kandahar e seis distritos na sexta-feira, informou o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) em comunicado.

Autoridades do governo afegão disseram que centenas de casas na província de Herat foram destruídas em enchentes. Famílias afetadas pelas enchentes foram levadas para áreas seguras nos distritos e na cidade de Kandahar, em escolas, mesquitas e prédios do governo.

Pelo menos 10 pessoas, incluindo crianças, estavam desaparecidas nos distritos de Arghandab, Daman, Spin Boldak e Dand.

O comunicado do OCHA disse que muitas famílias de Kochi, cerca de 500 pessoas, estavam presas na margem do rio e que havia uma necessidade urgente de apoio aéreo para resgatá-las.

O terreno acidentado e montanhoso, a forte queda de neve e a falta de estradas estavam retardando o ritmo dos socorros e de operações de resgate, disse um funcionário da Autoridade de Gerenciamento de Desastres Naturais do Afeganistão, em Cabul.

Em Nampula: Agro-Jovem aposta na inovação financiando projecto de energia solar

Missael Baruc Nhocoloua, Eunésio Flávio Chissaque e Paulo Junta Jornão são três jovens da cidade de Nampula que estão a mudar o paradigma da produção agrícola na sua zona de actuação. Já não dependem da chuva, desde que recentemente passaram a usar pequenos sistemas eléctricos solares para irrigar as suas culturas.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Com um financiamento de 600 mil meticais, disponibilizado pelo programa Agro-Jovem, financiado pela DANIDA e implementado pela Gapi-SI, estes criaram, há seis meses, a empresa Africa Energy Service, cujo impacto já se faz sentir nas localidades arredores da cidade de Nampula, respondendo às necessidades dos diversos tipos de clientes, desde produtores até complexos turísticos.

Os beneficiários foram propostos pelo parceiro de implementação a Universidade Politécnica –Delegação de Nampula, uma vez terem sido formados naquela instituição de ensino, em sistemas eléctricos.

“Após o financiamento, já montamos um sistema de painel solar numa quinta na localidade de Muezia (a 30km de Nampula) que se dedica à avicultura, cunicultura e horticultura; outro sistema num complexo turístico, no distrito de Mossouril que também realiza actividades pesqueiras e venda de mariscos no mercado nacional e externo e estamos, actualmente, a montar em Mecuburi um sistema de irrigação e de energia renovável para produção de frangos e ração”, afirmaram.

“É uma excelente iniciativa dos jovens em apostar numa actividade que de forma directa contribui para o funcionamento de outros negócios, de uma forma limpa, isto é, usando energias renováveis que tem em conta o impacto ambiental. Nós, como Gapi estamos bastante satis-



feitos com os resultados até agora apresentados”- disse o ponto focal do programa na Delegação de Nampula, Manuel Dias.

O programa Agro-Jovem tem em vista estimular o empreendedorismo no seio de jovens recém-formados em matérias relevantes para o desenvolvimento de negócios com impacto positivo na segurança alimentar. Este programa já financiou 84 novas pequenas empresas de jovens por todo o País.

A média da taxa de juro aplicada pela Gapi a estas empresas jovens é de aproximadamente 10 por cento ao ano. As empresas que tiverem sucesso na implementação dos seus projectos e pagarem o crédito irão receber de volta parte do crédito que tiverem reembolsado. Através desta metodologia, designada “Seed Capital” (capital inicial), a Gapi, com o apoio da Dinamarca, está a contribuir para o surgimento de uma camada empresarial jovem, capitalizando os que demonstrarem mais empenho e capacidade.

Mundo

Enchentes, neve e chuva matam pelo menos 59 pessoas no Afeganistão

Enchentes, chuvas e neve mataram pelo menos 59 pessoas no Afeganistão durante as últimas duas semanas e deixaram milhares de desabrigados, sendo as províncias de Helmand e Candahar, no sul do país, as mais atingidas, afirmou uma autoridade afegã na quarta-feira.

Texto: Agências

Cerca de 5.000 pessoas foram desalojadas apenas em Candahar, disse a Autoridade Nacional de Controle de Desastres do Afeganistão (Andma), embora uma agência da ONU tenha estimado que pelo menos 15.300 pessoas na província foram afectadas pelo pela calamidade.

Hashmat Khan Bahaduri, porta-voz

da Andma, disse que as estimativas de danos e mortes podem aumentar, já que algumas províncias ainda precisam realizar avaliações.

“Temos relatos de que 59 pessoas foram mortas, 143 pessoas ficaram feridas e muitas ainda estão desaparecidas”, disse Bahaduri. As enchentes deixaram muitas pessoas des-

peradas por abrigo, comida e roupas, informou o escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (Ocha) em um comunicado na noite de terça-feira.

As fortes chuvas, ao menos, podem beneficiar os agricultores, já que muitos não conseguiram plantar em 2018 devido a uma severa seca.

Sul-africanos suspensos por trabalho ilegal em Maputo

Oito cidadãos de nacionalidade sul-africana foram suspensos das suas actividades, há dias, na cidade de Maputo, por trabalho ilegal numa empresa denominada Lúcius Moçambique, do ramo de engenharia e construção civil.

Texto: Redacção

A Inspecção-Geral do Trabalho (IGT), delegação da capital do país, esclareceu que se trata de Makhiseni Beyele, Xulani Bhengu, Mfundu Mkhize, Mariah Veeras, Khayelihle Malunga, Sagren Munsami, Mduduzi Ndwunde e Mphilise Gumbi.

O exercício ilegal de trabalho foi descoberto durante a inspecção que visava aferir o “cumprimento da legalidade laboral, as condições laborais no local de trabalho, com enfoque na higiene e segurança, a promoção da negociação colectiva nas empresas, a inscrição de trabalhadores e a canalização de descontos salariais à Segurança Social, bem como o controlo da imigração para o trabalho em Moçambique”, segundo um comunicado enviado ao @Verdade.

Plateia

Cantor R.Kelly é preso por não pagar pensão após negar acusações de abuso sexual

O cantor de R&B R. Kelly foi preso nesta quarta-feira — desta vez por não pagar pensão alimentícia — horas depois de se emocionar em uma entrevista televisada ao negar acusações de que teria agredido sexualmente meninas adolescentes. Kelly foi levado sob custódia em Chicago por dever mais de 161 mil dólares em pensão alimentícia para seus três filhos com a ex-mulher Andrea Kelly.

Texto: Agências

O cantor precisa pagar o valor completo para deixar a prisão, disse o porta-voz do xerife do condado de Cook, Sam Randall.

Kelly, de 52 anos, declarou-se inocente em Fevereiro de acusações de que teria agredido três adolescentes e uma quarta mulher. As acusações foram feitas depois que sete mulheres, incluindo a sua ex-esposa, apareceram em um documentário do canal Lifetime o acusando de abuso sexual e emocional.

A prisão do cantor nesta quarta-feira aconteceu horas depois que o canal CBS transmitiu partes da sua primeira entrevista desde que foi acusado, nas quais o cantor rejeitou fortemente e com lágrimas nos olhos as alegações de que teria tido relações sexuais com meninas menores de idade.

“Eu fui assassinado. Eu fui enterrado vivo”, acrescentou o cantor de “I Believe I Can Fly”.

Desporto

Liga dos Campeões Europeus: United elimina PSG; FC Porto ultrapassa Roma

Com golo de Marcus Rashford no fim do jogo nuem penalti assinalado após intervenção do árbitro de vídeo (VAR, na sigla em inglês), o Manchester United surpreendeu o Paris Saint-Germain fora de casa nesta quarta-feira e venceu por 3 a 1, para chegar aos quartos de final da Liga dos Campeões da Europa em futebol graças aos golos marcados como visitante. Também com penalti marcado com auxílio do VAR o FC Porto bateu em casa a Roma e classificou-se para a fase seguinte da competição.

Texto: Agências

Nunca em 106 tentativas na maior competição de clubes do continente um clube havia se classificado num confronto a eliminar após perder por 2 a 0 em casa, mas a penalidade de Rashford nos acréscimos fez com que a equipe de Ole Gunnar Solskjær avançasse da maneira mais dramática.

Os visitantes, severamente preju-

dicados por lesões, ficaram à frente por duas vezes no primeiro tempo, com golos de Romelu Lukaku.

Entre os golos do belga, Juan Bernat igualou o marcador para o campeão francês. O PSG estava avançando para a próxima fase com um 3 a 2 no agregado antes de o árbitro Damir Skomina apontar um penalti para o

United em toque de mão de Presnel Kimpembe, confirmado após longa avaliação do VAR, e Rashford converter a cobrança para empatar o confronto em 3 a 3 e levar o clube inglês adiante pelos golos fora de casa.

Também com penalti marcado com auxílio do VAR, após três minutos de análise e desta vez na

prorrogação, o FC Porto bateu em casa a Roma por 3 a 1 e avançou aos quartos de final da Liga.

Fernando caiu quando tentava completar chute de Maxi Pereira, e após análise no monitor à beira do campo, o árbitro julgou que a sua camisa havia sido puxada por Alessandro Florenzi.

Alex Telles converteu o penalti e deu ao Porto a vitória por 4 a 3 no agregado, depois de, no tempo normal, Tiquinho Soares ter colocado a equipe lusitana à frente, Daniele De Rossi igualado para os italianos em penalti, e Moussa Marenga ter marcado novamente para os campeões portugueses.

Mais de 3.000 contra homens: Registados no ano passado mais de 25.000 casos de violência doméstica

A disseminação da lei bem como a criação de mecanismos de acesso à justiça têm concorrido para o aumento do número de casos de violência doméstica, denunciados às autoridades no País por parte, principalmente, das mulheres, que são as principais vítimas deste flagelo, que ocorre dentro e fora do seio familiar.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Dados apresentados pela ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chauque, na quinta-feira, 7 de Maio, durante a cerimónia de abertura do II Fórum Nacional dos Magistrados que Actuam no Âmbito da Violência Doméstica (FONAMAVIDO), indicam que, no ano passado, foram registados 25.356 casos de violência doméstica, dos quais 12.585 contra mulheres, 9.093 contra crianças e 3.339 contra homens.

Trata-se de uma tendência crescente e que requer uma resposta urgente, o que leva Cidália Chauque a apelar a acções coordenadas de todos os actores que lidam com a violência doméstica com vista ao seu combate.

“Temos o desafio de melhorar o atendimento às vítimas das várias formas de violência doméstica e reforçar as acções de responsabilização, envolvendo homens e mulheres para que assumam que este mal não pode ser justificado”, considerou a governante, que reconhece haver mais casos para além dos 25.356 registados pelas autoridades em 2018.

Por isso, Cidália Chauque aponta para a melhoria dos serviços de resposta, a intervenção das instituições públicas e privadas, bem como o reforço do mecanismo multisectorial integrado de assistência às vítimas como fundamentais no combate a este mal, “a par da formação e do empoderamento da mulher e da rapariga, de modo a que possam aceder aos recursos, participar em pé de igualdade com os homens e com sucesso nas várias áreas”.

Por seu turno, a juíza conselheira do Tribunal Supremo e presidente do Fórum Nacional dos Magistrados que Actuam no Âmbito da Violência Do-



méstica, Osvalda Joana, disse ser urgente a tomada de medidas de apoio e protecção para as vítimas da violência doméstica, principalmente a mulher, assim como a responsabilização dos infractores.

Ainda de acordo com Osvalda Joana, é necessário investir na formação e sensibilização dos magistrados judiciais e do Ministério Público, assim como dos diversos actores da justiça “com vista a um atendimento mais humano e acolhedor às vítimas da violência doméstica”.

“As vítimas da violência doméstica, quando acedem aos nossos serviços, é porque já andaram, já tentaram resolver os seus problemas por diversas vezes, ou na família, no bairro, ou com os padrinhos. Nós somos os últimos a quem elas recorrem, por isso a nossa sensibilidade deve ser maior”, justificou a presidente da FONAMAVIDO.

Entretanto, o presidente da Associação Moçambicana dos Juizes (AMJ), Carlos Mondlane, afirmou que o Estado não tem cumprido cabalmente o seu papel no combate à violência doméstica pois, na prática, “não faculta

às vítimas, em particular às mulheres, os mecanismos imediatos ou cautelares de protecção previstos na lei”.

“O próprio Estado acaba sendo também violentador dos direitos das mulheres, a principal vítima da violência doméstica”, referiu Carlos Mondlane, que defende a actuação de todos os intervenientes (ministério público, polícia, médicos, sociedade civil, entre outros), no combate a este mal.

O II Fórum Nacional dos Magistrados que Actuam no Âmbito da Violência Doméstica acontece numa altura em que o País celebra 10 anos da aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher (Lei 29/2009, de 29 de Setembro), que criminalizou a violência doméstica e tornou esta prática um crime público.

O encontro, de dois dias, tem como objectivo analisar as lacunas existentes na actual legislação e na aplicação da lei, debater os desafios no tratamento judiciário dos casos e as estratégias de prevenção, bem como desenvolver e implementar acções concretas para contribuir efectivamente no combate à violência doméstica.

Proposto na nova Lei do Trabalho: Pai passa a gozar licença de paternidade de 7 dias, mas apenas de dois em dois anos

O Conselho de Ministros aprovou, recentemente, em Maputo, a proposta de revisão da Lei do Trabalho, em vigor, no País, há mais de 10 anos, para ajustá-la ao actual estágio de desenvolvimento económico e social do país.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

As principais inovações contidas na proposta de revisão são relativas à constituição, vicissitudes e cessação da relação de trabalho, reflectindo o reforço dos direitos fundamentais no trabalho.

Com efeito, a proposta introduz o alargamento da licença de maternidade de 60 para 90 dias e da licença de paternidade, de um dia para sete dias, de dois em dois anos, de forma a criar harmonia no sistema, compatibilizar, com o regime dos funcionários e agentes do Estado.

Integra, igualmente, normas internacionais sobre a proibição das piores formas do trabalho infantil e clarifica a idade de 18 anos, para admissão ao trabalho e a respectiva excepção de menores, entre 15 a 18 anos, em conformidade com a Con-

venção n° 182, sobre as piores formas do trabalho infantil, de 1999.

Entre outros aspectos, a proposta de revisão da Lei do Trabalho, a ser remetida à Assembleia da República, faz o aprofundamento do regime da pluralidade de empregadores e a introdução do regime do pluriemprego, bem como introduz garantias na cessação dos contratos a prazo incerto, que vão favorecer quer o empregador, quer o próprio trabalhador, através da fixação de prazos e o dever de comunicar à contraparte que o contrato vai caducar e, assim prevenir greves, principalmente no fim das obras.

Abre ainda a possibilidade de se autorizar a laboração nos dias de feriado, desde que os trabalhadores envolvidos recebam remuneração por trabalho excepcional, tendo em con-

ta o interesse público, e esclarece na Lei do Trabalho a idade de reforma.

A proposta de revisão da Lei do Trabalho resulta do surgimento de novas formas de relações individuais de trabalho, a destacar o teletrabalho e o trabalho em regime de alternância.

Trata-se do produto de um trabalho tripartido que vinha decorrendo desde Abril de 2017 e passou por um vasto processo de auscultação a nível nacional em várias fases, nomeadamente seminários provinciais, envolvendo diferentes segmentos da sociedade dentre magistrados judiciais e do ministério público, advogados, instituições de ensino superior, sindicatos, empregadores, incluindo multinacionais e fóruns de consulta e concertação social das províncias.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher: Standard Bank altera cores das plataformas digitais de azul para magenta

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que se assinala no dia 8 de Março, o Standard Bank vai alterar as cores das suas plataformas digitais, de azul para magenta, em apoio ao movimento de solidariedade da ONU Mulher pela igualdade de género HeForShe (ElePorEla).

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Através deste gesto, o Standard Bank pretende reafirmar o seu compromisso de gerar mudanças tangíveis em consonância com iniciativa HeForShe (ElePorEla), que encoraja os homens a estarem ao lado das mulheres na luta pela igualdade de género.

“Alcançar a igualdade de género não é apenas um direito humano fundamental, mas sim um imperativo empresarial. As mulheres incorporam a metade do talento, habilidades, energia e mais da metade do poder de compra. Todo o líder de negócios sensível deve comprometer-se com a igualdade de género na sua empresa e contribuir para a causa nas sociedades em que eles operam”, considera o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha.

Criada em 2014 pela ONU Mulher, o movimento de solidariedade HeForShe (ElePorEla) ganhou impulso, levando cidadãos do mundo inteiro a tornarem-se agentes de mudança. Uma característica única do movimento é que convida os homens e as mulheres do mundo inteiro a unirem-se como parceiros iguais, por forma a arquitectar uma visão partilhada da igualdade de género, tornando possíveis as soluções localmente relevantes para o empoderamento da mulher e para o bem da sociedade.

“Só poderemos impulsionar o crescimento de Moçambique se fizermos a parte que nos cabe para assegurar que os direitos da mulher e da rapariga tenham o mesmo tratamento e atenção. No mundo empresarial, também significa que temos de criar um ambiente propício, livre de preconceitos, em que as mulheres são capazes de progredir e de serem bem sucedidas na base do mérito e das habilidades”, acrescentou Chuma Nwokocha.

A parceria entre o Standard Bank e o movimento HeForShe (ElePorEla) foi firmada a 26 de Setembro de 2018, no evento da ONU Mulher, que decorreu em paralelo com a Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Como parte do compromisso com o movimento, o Grupo Standard Bank vai apoiar, em alguns países africanos, iniciativas sociais abrangidas pela ONU Mulher e que tenham como foco o empoderamento económico da mulher, o aumento da produtividade, bem como o acesso ao mercado às mulheres através da agricultura inteligente.

Igualmente, o banco definiu como um dos seus objectivos o aumento da representação da mulher em cargos executivos até 2023 para todo o grupo. O Standard Bank almeja também incrementar a representação de mulheres no seu quadro de pessoal.

Plataforma de Pagamento Móvel: Trabalhadores por conta própria vão poder pagar contribuições de forma mais célere

O INSS-Instituto Nacional de Segurança Social vai lançar, a 14 de Março, no campo municipal do bairro Zimpeto, na cidade de Maputo, a Plataforma de Pagamento Móvel de Contribuições dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP), numa cerimónia a ser presidida pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Desenvolvida, em parceria com o Banco ABC, a Plataforma de Pagamento Móvel de Contribuições dos Trabalhadores por Conta Própria vai permitir que esta classe trabalhadora possa pagar as suas contribuições de forma célere e sem sair do seu ambiente de trabalho.

No local do evento, serão disponibilizados serviços da Segurança Social Obrigatória, nomeadamente inscrição de Trabalhadores por Conta Própria, Empresas e Trabalhadores, realização da Prova Anual de Vida, entre outros.

Serão igualmente prestados, no local, serviços de registo de menores, emissão de Bilhetes de Identidade e do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), oferecidos em parceria com os Serviços de Identificação Civil e Autoridade Tributária de Moçambique, respectivamente.

Calcula-se que esta iniciativa envolva mais de 500 pessoas, entre autoridades administrativas municipais, Trabalhadores por Conta Própria, parceiros e público no geral.



Boqueirão da Verdade

“Não estamos à procura de salários altos, mas sim, que possam comprar algo visível em benefício do trabalhador e da sua família. Esta é a mensagem a ser levada à mesa de negociações”, **Damião Simango**

“Se nada de extraordinário não for feito para parar os ataques em Cabo Delgado, corremos o risco de perder grandes investimentos. Vamos perder postos de trabalho, o país vai perder a oportunidade de alavancar a sua economia e o seu desenvolvimento”, **idem**

“terror que se vive em algumas zonas da Província de Cabo Delgado está a ganhar uma dimensão alarmante de instabilidade (...) Continuaremos a defender a urgência de restauração da tranquilidade e segurança as populações de Cabo Delgado assim como o estabelecimento de oportunidades sem discriminação e renovação da esperança”, **Lutero Simango**

“Este país está no banco dos réus por culpa do Partido que Governa desde 1975. O povo podia ser consultado na base de Referendo para se pronunciar sobre as dívidas ocultas, pagar ou não pagar. Reiteramos mais uma vez que os responsáveis e mentores da engenharia financeira das dívidas ocultas, ilegais e não autorizadas pela Assembleia da República devem

ser criminalmente responsabilizados e o Estado Moçambicano não deve assumir estas dívidas, isto é, o Povo Moçambicano não deve pagar. Estas dívidas não foram aplicadas para o bem comum”, **idem**

“As propostas leis ora depositadas com o intuito de materializar o processo da descentralização a luz da recente revisão pontual da Constituição da República não respondem cabalmente os pilares da democracia participativa, em que a soberania reside no povo. As propostas de leis obedeceram uma nova lógica de descentralização administrativa sem pôr em causa o modelo de governação actual, que tem mostrado sinais de saturação”, **ibidem**

“A Frelimo continuará firme nos seus princípios de total intolerância à corrupção, ao branqueamento de capitais e a qualquer outra forma de ilegalidade. A Frelimo tem no combate a corrupção um dos seus princípios e valores inabaláveis”, **Margarida Talapa**

“A Frelimo sempre defendeu que os servidores públicos devem se guiar pelos princípios de integridade, moral e ética, pautando pela gestão correcta da coisa pública em benefício do povo e, por isso, do interesse nacional”, **idem**

“A Assembleia da República “a

revogar o dispositivo legal que tenta transformar estas dívidas inconstitucionais e ilegais em dívida limpa na Conta Geral de 2015 em resposta ao apelo à inúmeras vozes da sociedade moçambicana que dizem em uníssono nós não queremos pagar esta dívida”, **Mário Ali**

“Exaltaremos a pátria se todos o envolvidos forem presos, julgados e obrigados a devolver o que roubaram do povo, aí sim exaltaremos a pátria. Por isso, nós não queremos pagar estas dívidas inconstitucionais e ilegais”, **idem**

“Ainda sobre estas dívidas a Renamo propõe e desafia a esta Assembleia da República a revogar o dispositivo legal que tenta transformar estas dívidas inconstitucionais e ilegais em dívida limpa na Conta Geral de 2015 em resposta ao apelo à inúmeras vozes da sociedade moçambicana que dizem em uníssono nós não queremos pagar esta dívida. Está claro que esta dívida não é almofada do homem como ferverosamente alguns deputados aqui presentes defenderam esta calamitosa situação. Esta dívida é um flagelo para toda a sociedade moçambicana. Compatriotas, exaltemos a pátria retirando este fardo dos ombros dos moçambicanos”, **idem**

“Neste processo, a Proinvest não pode escapar, por ser a em-

presa promotora e implementadora dos projectos e que se beneficiou em grande medida do calote. Ora, não se pretende aqui corrigir o contrato de mútuo já existente quanto a tal cláusula maldita, mas sim, chamar a atenção para os nossos dirigentes e aqueles que aconselham o Governo e o Estado e negociem em nome destes, que no futuro se devem lembrar antes de tudo que o Estado moçambicano é soberano e não pode aceitar que lhe cerceiem a sua soberania”, **Benjamim Alfredo**

“É um facto inegável que o País está amarrado à dívida pelas garantias emitidas, mas também precisa de aprofundar o conhecimento real sobre o que aconteceu e está a acontecer em relação às empresas Ematum MAM e Proindicus, pois, e, como se tem também difundido elas não estão a operar. Também, há que colocar na linha de batalha judicial caso se provem os factos ilícitos, os bancos que concederam os créditos, os seus funcionários e os cidadãos moçambicanos que engendraram o esquema que deu lugar às malditas dívidas”, **idem**

“A Igreja Católica desaparecerá em até 25 anos. Tal é a profecia, digo eu, polémica, do igualmente polémico Presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, conhecido pelos sistemáticos ataques a esta instituição, cuja história

cobre um período de dois mil anos. Duterte baseia a sua profecia no facto de a Igreja estar a registar casos de abuso sexual e corrupção, em que os padres perseguem menores, vão atrás de freiras, males, aliás, reconhecidos pelo Santo Padre, Jorge Bergoglio (Francisco), líder mundial da Igreja Católica e digno representante de Deus na Terra”, **Salomão Muimbo**

“Em seus frequentes discursos contra a Igreja, Duterte lança pesadas farpas contra a congregação, descrevendo-a como “a instituição mais hipócrita” e, muito recentemente, ridicularizou os Bispos Católicos ao chamá-los “tolos inúteis”, exortando o povo filipino a matá-los, sem piedade. Livre de arrependimentos, pediu aos filipinos que construam as suas próprias capelas, ao invés de encherem os bolsos dos líderes religiosos”, **idem**

“Confesso, muito sinceramente, como cristão católico, que não entendo os discursos inflamatórios de Rodrigo Duterte contra a Igreja, ele próprio, tal como o diz, católico, e a dirigir um país em que quase 90 por cento da população é ou foi criada na base da doutrina católica. É que da língua do presidente só saem insultos, vexames e outro tipo de difamação contra a Santa Igreja e, já agora, contra o povo filipino professante, maioritariamente, do catolicismo”, **ibidem**

 goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)


Jornal @Verdade


Margarida Talapa anunciou, discursando na abertura da IX Sessão Ordinária da Assembleia da República, que o Comité Central do partido Frelimo vai decorrer entre 22 a 24 de Março próximo para preparar a vitória do “camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi que é um imperativo nacional”. Sobre as dívidas ilegais a líder parlamentar declarou que “a Frelimo continuará firme nos seus princípios de total intolerância à corrupção, ao branqueamento de capitais e a qualquer outra forma de ilegalidade”.


<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/68067>




 **Christopher Felex** Bom vou ver tommy e jerry pq esses sim, sao honestos e originais! · 2 dia(s)


 **Matias Sebastiao Lai** kkkkkkkk gostei cara · 2 dia(s)


 **Pedro Soares** Os Delírios da mana Talapa estão a ficar preocupantes, não será altura de transferir o hospital psiquiátrico para Assembleia da República? · 2 dia(s)


 **David Parente** Durante quarenta anos foram “intolerantes à corrupção e ao branqueamento de capitais”? Isso é uma anedota ·


2 dia(s)


 **José Pilatos Tivane** Preparar vitória ou roubo. · 2 dia(s)


 **Telmo Cuamba** Continuum preparando a campanha, porque desta vez a frelimo vai pagar carro por terem contraído as Dívidas · 2 dia(s)


 **Carlos Jamal** Oh prezado Telmo Cuamba, tem a certeza mesmo que a “frelimo vai pagar CARRO?”. Eu o que prevejo é que a frelimo vai pagar CARO, sim!.... Um abraço · 2 dia(s)

 **Helder Bandeira** Eu exalto a minha patria · 2 dia(s)


 **Absalao Bartolomeu Zumba** Com tdo respeito eu irei comentar no próprio dia das eleições. Mais não disse kanimambo. · 2 dia(s)

 **Odala Khuinda** Mas como fica o assunto da dívida ser paga por nós? · 2 dia(s)


 **Luís Manuel Lopes Paixão** Odala Khuinda, mas quem é que vc pensa que TEM de pagar? · 2 dia(s)


 **Khuinda** Luís Manuel Lopes Paixão os que se beneficiaram é claro. · 1 dia(s)


 **Nelson Monjane Tchapel Tchapel** Cabra! · 2 dia(s)


 **Valter Chiziane** Sem dúvidas, podem mesmo saírem vitoriosos mx sera na base de fraude isso ta bem claro · 1 dia(s)

 **Saranga Alberto** Kkkkkk a mostra espelho essa senhora · 2 dia(s)

 **Alves Silva** O conselho constitucional, deve retirar imunidade todos deputados que a provaram estas dúvidas no orçamento do estado. · 2 dia(s)


 **Macossa Tomas** Ela está desafiar o povo · 2 dia(s)


 **Jerry Muchanga** Epah diarreia verbal isso Sim · 2 dia(s)



 **Luciano Macumbe** Podem preparar a vontade a vossa derrota porque só vão vencer em 2050 kuando já nem tiveres dentes para falar membros da associação para delinquir nth... · 1 dia(s)


 **Eddy Gragalhadas em Macua**... · 2 dia(s)


 **Leovigildo Cossa** Aver vamos · 1 dia(s)


 **Mauro Wamuss** Exalto a pátria... A loucura destes não é possível tratar, só mandar ao hospício mesmo. · 2 dia(s)


 **Pinheiro Junior** Eu apenas sei que este crime envolve toda Frelimo inclusive os que votam neles. · 2 dia(s)

 **Mário Jac Jac** Kkkkkkk · 1 dia(s)
 **Antonio** Eu acho que senhora queria dizer que qualquer coisa parecido com isto “nos vamos continuar a roubar” · 2 dia(s)

 **Anselmo Anselmo Caetano** VAMOS ver oq vcs vão preparar PK nós estamos de olho ... Gang sim para roubar · 2 dia(s)

 **Za Assane Carlos Amad Júnior** olha isso!!! · 2 dia(s)

 **Flávio Augusto Mangue Jr.** Permitam-me elogiar a essa senhora... VAI A MERDA SENHORA · 2 dia(s)

 **Valdemiro Tivane** Gente sem escrupulo... · 2 dia(s)

 **Danny Abu Man Moz** Malandros... não foram vcs a nós encarregar a dívida? · 2 dia(s)



goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Pela quarta vez Filipe Nyusi aumentou o preço da energia eléctrica em Moçambique, paradoxalmente o aumento que vigora desde o passado dia 1 de Março só afecta aos seus “patrões”, são mais 21 por cento na factura do povo e nenhum aumento para as grandes empresas e mega projectos. Desde que tornou-se Presidente o auto intitulado nosso “empregado” já aumentou este serviço básico mais de 125 por cento.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/68085>



Minório Afonso
Aumentem tudo o quão vocês quiserem pq o povo só reclama e nada faz, além do mais já estamos habituado a ser f*ddos pelo Governo desse rico país. · 7 h

Mirza Gulamo
Vem aí as eleições, preparemos para mais assaltos aos nossos bolsos. · 11 h

Sergiomaneul Mulima A
proxima vez que elegermos um presidente , temos q escolher um gajo alto , porque os baixinhos não tem visão de onde estão a encaminhar o país, ...é Como dar um camião cavalo a um baixinho... · 12 h

Amido Mussa MucTy Junior
Esse país tudo e caro so vai baixar em outubro · 4 h

Salome Vaz esta demais Sr Presidente! · 12 h

Helio Felex Spencer Felex
MEU CORAÇÃO CABE A TODO P POVO MOÇAMBICANO... · 9 h

Aderito Adezenha Nhabanga
Cahora bassa é nossa assim? · 12 h

Adelino Marcelino <https://www.fabrilar.com.br/brasileiro-elabora.../...>
FABRILAR.COM.BR Brasileiro elabora projeto que reduz quase 100% na conta de luz · 9 h

Adriano Antonio Dimande
Já estou cansado desses aumentos · 12 h

Emílio Chauque
Temos chances para evitar a 5ª vez... · 11 h

Ngulele Ainda temos tempo pa pensar · 11 h

Cavaque Sarmento Nhanala
Não esqueçam do aumento salarial · 12 h

Erick Michel Fenita
Indivíduo Q.3 · 13 h

Bismarque Sadardine Erick Michel Fenita · 12 h

Filipe Antonio Nhangone Nhangone
SAIBA COMO VOTAR NO DIA 15 · 10 h

Michell Platini Alencar
país cem democracia!! · 10 h

Nelson De Sousa Matusse
Caso para afirmar que o país esta orfao de empregado! · 11 h

Orquidio Wilza
Congratulations, Mr. Q · 12 h

Merino Coronel Goodz
terás meu voto kkkkk · 13 h

Iss Nells Ja e' nossa. · 13 h

Txio Theo Matsule Ha fenha funtsu · 5 h

Rui Até outubro · 7 h

Marcell Impaciente Bubezinho
Tama pagar as dividas ocultas ouke?? · 12 h

Piter A luta continua · 10 h

Wailangalilaunganditenhi Muchanga
So Tenho a lamentar · 13 h

Counter Macandza
O gato sempre será a solução · 13 h

Albino Zembera Zembera
Tal mal isso · 1 h

Chauque A culpa é nossa · 11 h

Azarias Samuel Mazive
Emilio Chauque e acha que se for presidente vindo da oposição vai baixar os preços? vai ser a mesma ou pior, também a preocupação será encher seus bolsos e da família, ainda não é Chefe do Estado mas já mandou nomear o filho dele no município de Nampula como vereador. qual é sua opinião? pensa, farinha do mesmo saco. · 11 h

Leandro Azarias Samuel Mazive tens uma bola de cristal na tua casa que consegue ver o FUTURO? · 11 h

Emílio Chauque
Azarias Samuel Mazive assunto é energia · 11 h

Guilherme Mucombo TA SE MAL · 5 h

Arshine Adarshine VOTA · 12 h

Dallas Abdala A FRELIMO é k faz · 4 h

Issufo De Jesus Simba
Hummmmmmmmm · 1 h

Lavoneba Lavoneba Benevola
Mas se o povo Moçambicano fosse unânime em Outubro acabariamos com esta escravidão! Mas é muito covarde para tal atitude... · 12 h

Paulo Massingue
Quando cahora bassa era deles pagavamos barato energia e agora que cahora bassa e nossa custa mais Caro, afinal quem esta explorar? O quê que aumento? Porque que quanto aumenta clients sob preco envez de baixar? Ate se fosse nossa iamso pagar precos simbolico de manuntencao · 3 h

Rio Licungo atingiu nível de alerta, vão continuar inundações em Quelimane

Após o “dilúvio” das últimas 24 horas na província da Zambézia a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) alerta que o rio Licungo atingiu o nível na tarde desta terça-feira (05) e deverá originar inundações nos distritos da Maganja da Costa e Namacura. Cheias urbanas deverão continuar a registar-se em vários bairros da cidade de Quelimane.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

As chuvas que continuam a cair nas províncias de Tete e da Zambézia, e que esta semana foram influenciadas por uma Depressão Tropical, que entretanto perdeu força, elevaram o nível de água nas bacias do Zambeze e do Licungo.

Os 130,5 milímetros de chuva registada nas últimas 24 horas no Licungo fizeram que a bacia atingisse o nível de alerta de 6 metros em Mocuba, cerca das 15 horas de terça-feira (05).

Diante da chuva que tem caído e que ainda deverá continuar a cair a DNGRH prevê-se subida dos níveis nas bacias do Zambeze em “Mutarara, Caia e Marromeu, Licungo, Ligonha, Messalo, Megaruma e Rovuma, podendo Licungo em Mocuba manter-se acima do alerta, tendo como impactos: Risco Moderado de inundações nos Distritos de Maganja da Costa (Postos administrativo de Nante, vila

Valdez, Yassopa e Ntabo) e Namacura (Furquia, Mbaui, Muebele e Malei)”.

“Igualmente, prevê-se a prevalência de inundações urbanas localizadas para a cidade de Quelimane nos bairros Aeroporto, Santuagua, Cança, Samugue, Manhaua, Brandão, Mincajuine, Icidua, 7 de Abril e Floresta” indica o Boletim Hidrológico da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos que prevê ainda “risco moderado a alto de erosão para a Cidade de Tete e Vila de Morrumbala”.



Crescente participação de mulheres: Incubadora do Standard Bank já formou 165 empreendedores a nível nacional

A Incubadora de Negócios do Standard Bank, em parceria com a ideiaLab, formou, em Maputo, através do programa #ideate Bootcamp, nas suas quatro edições, um total de 165 empreendedores a nível nacional.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta informação foi revelada por Sasha Vieira, responsável pela incubadora, no decorrer da quarta edição da formação, realizada recentemente.

Sasha Vieira acrescentou que o programa #Ideate Bootcamp está a registar um crescimento em termos de participação de mulheres. Este facto é comprovado com o enorme crescimento verificado desde a primeira edição, tendo passado de 29 para 57 por cento.

“Em termos de sucesso, muito recentemente, tive o privilégio de testemunhar o facto de uma das participantes da segunda edição da formação, Marta Uetela, do projecto Minimal LivingBox, ter-se sagrado vencedora de um importante concurso de startups, a nível nacional”, disse a responsável pela incubadora.

Para Sasha Viera, a presente edição destaca-se por ter havido 138 candidaturas (projectos), o que significa um acréscimo de 16%, quando comparado com as inscrições anteriores.

Por sua vez, Adelina Nhanala, gestora do projecto #Ideate Bootcamp e colaboradora da ideiaLab, fazendo uma retrospectiva, disse que só no ano passado em três edições foram formados 126 empreendedores, que agora encontram-se mais capacitados para

alcançarem os seus sonhos.

Em jeito de balanço da quarta edição, Adelina Nhanala, disse que durante o bootcamp surgiram muitas ideias “fora da caixa”, o que motivou um enorme contentamento por parte de toda a equipa da ideiaLab e do Standard Bank, a seguir em frente com este projecto. Outro aspecto de salientar, foi o facto de os participantes terem negócios em diferentes áreas e diferentes idades, o que possibilita uma maior troca de experiências, networking e parcerias.

Flora Pedro, participante do #ideatebootcamp, disse ter tido conhecimento sobre esta iniciativa através de um amigo e as expectativas que tinha foram superadas, porque foram alcançados os objectivos de fazer acontecer as coisas, isto é, sair com teoria e ferramentas para aplicar na prática.

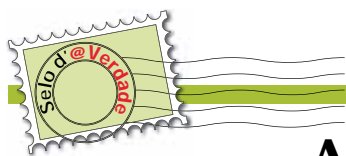
“É de louvar a iniciativa do Standard Bank e da ideiaLab, porque eles conseguiram fazer de nós pessoas diferentes e não saberíamos expressar o nosso agradecimento”, frisou a par-



ticipante.

Alfiado Ngana, igualmente participante, programador de software, disse que apesar da pequena experiência que trazia, aprendeu ainda mais com esta imersão de três dias na incubadora. Importa realçar que a próxima edição do programa #Ideate Bootcamp terá lugar no mês de Julho e em 2019 serão realizadas no total quatro edições. O programa tem por objectivo apoiar os jovens aspirantes a empreendedores.

Durante o Bootcamp os participantes utilizam o processo de Lean Startup e Design Thinking para entender desafios da comunidade e validar os seus pressupostos, elaboração de um Produto Mínimo Viável (MVP), desenho do Modelo de Negócio, respectiva apresentação e interacção com empreendedores já estabelecidos.



Ao MINEDH: a crônica de um analfabeto

Parece que, no meu labirinto tudo é aceite e ninguém deve reclamar, teme-se que qualquer coisa possa acontecer...! Aqui, é onde as decisões são tomadas e só depois do seu impacto e prejuízo é que se possível podem ser analisadas. “Não há mais dispensas para o ensino geral em Moçambique, ou seja, não há dispensas nas classes de exame”. Esta foi a última das mais trémulas notícias de Janeiro de 2019, dada pelo nosso tão intransigente governo, que diz se ter baseado no número 2 do artigo 83 do regulamento de avaliação do ensino primário, secundário, alfabetização e educação de adultos.

Mas afinal, quais serão as razões que estejam por detrás desta antipática decisão? Que vantagens e desvantagens, isso envergará ao ensino em Moçambique? A que valerá a dedicação daquele aluno que merecia até dispensar por mérito? – Ouvi

nos órgãos de informação de que provavelmente haveriam prémios para tais que se destacarem como melhores! Não sei de que prémios se tratam mesmo! Serão as habituais chaleiras eléctricas, roupões de finalista, cursos básicos de informática, ou então as ceifadas e ansiadas bolsas de estudo?

Não me deixem contundir sozinho, pois sei que não sou o único estudante deste nível neste país!

Alguns especulam que com a abolição das dispensas, a corrupção que ocorria nas instituições de ensino vai baixar ou até desaparecer por completo, e que já será possível monitorar melhor os alunos e professores. Mas ninguém disto tem mesmo certeza, nem eu! E se as notas das classes anteriores às de exame não vão ser mais validadas perante o cálculo das médias, para quê então passar por elas?

É evidente que ninguém me responda, pois aqui no meu labirinto o mais importante é cumprir o ordenado pelos poderosos!

V. Excias senhores dirigentes, ministros e coordenadores do MINEDH (Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano), eu, em particular, estou doente com esta decisão. Se possível, gostaria que pelo menos validassem as notas anteriores às das classes de exame. Isso pode de facto, melhorar a minha autoconfiança como aluno. Porque Se não posso dominar todas as disciplinas por secção, logo, não poderei conter o mínimo de dez valores necessários para o direito ao exame final em todas elas. Se o aluno tiver cerca de sete disciplinas, tendo sido obrigado por lei a não excluir a pelo menos cinco delas, imaginemos que aconteça o inverso, neste caso, com este mesmo aluno que tenha tido boas médias na(s)

classe(s) anteriores referentes a tais disciplinas agora não transitado?

De certeza que este se sentirá bastante injustiçado. O mais fraco poderá até optar em desistir dos estudos e assim prejudicando o seu futuro e comprometendo o desenvolvimento do próprio país “o que pode não importar tanto às V. Excias pois já se encontram formados e feitos na vida. E se possível, têm os seus filhos também já formados e que provavelmente estejam estudando em escolas altamente privadas ou no estrangeiro” – suspeita de que essa vossa lei não lhes afecte! O que me leva a pensar que esse decreto revele um espírito de egoísmo, desinteresse e discriminação para com os que mais necessitam da vossa tão mendigada educação, como eu – analfabeto.

Por Langane Escritor

Pergunta à Tina...

Estou curioso em saber se é algo normal para um homem, numa relação sexual, assim que libertar o esperma, a cabeça do pénis provoca umas cócegas por uns segundos, isto sinto quando mantenho relação sem a camisinha, Omar.

Acho que sim, Omar, é normal, até que o orgasmo geralmente é acompanhado de “cócegas” até pelo corpo todo, não é?

Seria muito bom então, se criares o hábito de usar sempre a camisinha, pois te evita esse incómodo, além de que previne as Infecções de Transmissão Sexual (ITS), incluindo o HIV. E também não serás surpreendido por gravidezes indesejáveis.

Boa tarde Tina, no dia 14 do mês em curso, fiz relação sexual com a minha parceira, até hoje ela está reclamando a dor do corpo e do útero. No acto sexual, o preservativo estourou e ela está com medo de gravidez, viu o período no dia 22 e o período dela é irregular, será que pode engravidar? Mangume

Boa tarde, Mangume. Em princípio não engravidou, visto que viu o período. Na dúvida, o melhor será fazer um teste de gravidez. Boa sorte!

goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Pela quarta vez Filipe Nyusi aumentou o preço da energia eléctrica em Moçambique, paradoxalmente o aumento que vigora desde o passado dia 1 de Março só afecta aos seus “patrões”, são mais 21 por cento na factura do povo e nenhum aumento para as grandes empresas e mega projectos. Desde que tornou-se Presidente o auto intitulado nosso “empregado” já aumentou este serviço básico mais de 125 por cento.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/68085>



Mathause Sithoye Um país com os combustíveis caros, energia eléctrica cara, está proibido de sonhar com o desenvolvimento. Todo o discurso nesse sentido, é puro entretenimento ao povo. · 12 h

Amílcar Nhacule E depois dizem a CAHORA BASSA É NOSSA · 12 h

Mathause Sithoye Amílcar Nhacule Eu não percebo “é nossa” em que, essa tal coisa de Cahora Bassa. · 12 h

John Samo Filipe Nyusi? Ele é q administrativo da EDM? · 12 h

Felizardo Chitsondzo Teresa John Samo o que acha? Ele encontra-se no topo de tudo principalmente as companhias geridas pelo governo. O país está sobre a tutela dele · 12 h

John Samo Felizardo Chitsondzo Teresa diga-me se ele andou a fazer cálculos para aumentar as taxas, só isso. · 12 h

Waka Banze É o dono da embarcação. · 10 h

Raído Merinho Guilengue Na tua família mesmo você trabalhando quem comando tudo é o seu pai, mas se o mesmo tem um bom génio e não mão génio como aquele que você votou e que mesmo sabendo das dificuldades profundas do povo continua manter o rabo no sofá. Aliás, por sermos africanos e com Jovens defensores de absurdos como você resultante nisso. Exaltemos a pátria!.. · 9 h

Nelton Da Christina Joaquim Bambo Imagina tu com o teu irmão.... O teu pai vos dá mesa a cada final do mês através da tua mãe. E de repente o teu pai diminui o valor da mesada sem justa causa, ou se calhar sem nenhum esclarecimento. Quando a tua mãe te entrega o valor da mesada, já descontado, a quem tu e teu irmão irão reclamar? Na tua mãe ou no papai? Kikikikikikikikikikikikiki · 8 h

VG Virgilio John Samo Não compete a EdM aumentar a

taxa. Eles propõem e um Conselho avalia e aprova se for o caso. Adivinha qual conselho se trata! Adivinha ainda quem é o chairman do tal conselho :D · 8 h

Felizardo Chitsondzo Teresa John Samo não sou um perito nessa matéria mas esse processo é complexo e que é do conhecimento e aprovação do PR. Nada pode acontecer sem a sua aprovação ou conhecimento. Se ele tivesse pena de nós teria parado tudo isso pois ele capacidade e autoridade para tal. · 7 h

Rui Felizardo Chitsondzo Teresa não é Nyusi que aprova que aprova é assembleia geral da República e se calhar em colaboração com o Conselho de ministros... O Nyusi somente da avale com base o parecer que vem dessas duas entidades. · 7 h

Ussene Mbawala John Samo Nada se implementa sem o consentimento. As pessoas calcularam e oque acharam foram atualizar ele e ele aceitou. · 7 h

Zacarias Biosse John Samo que pergunta, neste país qualquer serviço básico e garantido pelo governo do dia, pois ele recebe a proposta da empresa pública, avalia só assim chegam os preços até você. · 2 h

Jossyas Cumbe John Samo nos ofendeu. mas está perdoado · 24 min

Hussein Nácir Rupava Força nosso empregado Eng. Pode nos matar. · 13 h

Sally Custodio Maceira “O povo é meu patrão “... Realmente este “empregado”!!!! Sem comentários..... !!!!! · 9 h

Osvaldo Nhandumbo Hussein Nácir Rupava yuuuuuu · 5 h

Osvaldo Altauba Amade Essas políticas de aumentos só me provocaram tensão alta ou seja já só hipertenso só de estar a ouvir subidas de preços assim com o aumento salarial os comerciantes também vao subir com os preços. Vale mesmo se viesse o deluvio destruir esse planeta meu · 11 h

Rudolfo Cossa Mais um peso no bolso dos moçambicanos. · 13 h

Rji Lundo Rudolfo Cossa estamos a pagar dívida pouco pouco · 10 h

Pinto Roque Por cima a qualidade da energia vai de mal a pior · 13 h

Nicolau Havara Ser Presidente é outro nível mesmo. NYUSI aumentou energia!? · 12 h

Emilio Chauque O governo é que aumenta, e quem lidera e Nyusi, Cahora bassa é do governo... · 11 h

Helder Chemane Este jornal é muito estranho parece amador, será que ha profissionalismo aqui? · 12 h

Oly Waka Banze Você precisa ter muito líquido para viver por muito

tempo neste país, porque eles vão te exprimir até à última gota. · 10 h

Lino Mosalino q fique sabendo q xtamos a fazer Gatos evuluidos edm brinca com amalta e amalta tbm matreca · 12 h

Macossa Tomas Quem somos nós? Só servemos para dar poder, pagar contas para eles · 9 h

Jose Alberto Teles Teles A mesma situação de subida dos impostos em Angola. a zap; Passaporte e muito mais. · 9 h

Dionisio Fernando Matimbe Vemos ver s opovo vai votar. tamis cansados · 13 h

Bugs Genes Prontos, finalmente o GOVERNO conseguiu desviar a vossa atenção no caso Manuel Chang e dívidas públicas, e ocupou-vos bem com esse assalto ao “nosso” bolso... · 9 h

Jose Alberto Teles Teles Em Angola têm” um ditado que diz; quem não manda’ deve cumprir. e mais onde luta dois Leoês quem sofre é o capim.. · 9 h

Manyekane Antonio Não foi muito inteligente da parte dele e dos seus associados aumentar a taxa de energia em ano de eleição!aaaahhh mas mesmo se não tivesse aumentado a taxa não ia votar nele anyway · 8 h

Aderito Eduardo Mas um golpe de eletricidade de moz sem a viso · 11 h

WWF acusada de financiar patrulhas que matam e torturam habitantes locais

World Wild Fund for Nature (WWF), uma das principais organizações não-governamentais de conservação da natureza, é acusada de financiar grupos paramilitares que torturam e matam habitantes locais, em países africanos e asiáticos, em nome da protecção da vida selvagem. Agora, a WWF garante que vai abrir uma investigação independente para analisar as acusações.

Texto: Público de Portugal

A notícia foi avançada, nesta segunda-feira, pelo jornal digital norte-americano BuzzFeed que, depois de levar a cabo uma investigação em parceria com o jornal nepalês The Kathmandu Post, acusa a World Wide Fund for Nature de apoiar forças paramilitares que alegadamente matam e torturam pessoas para combater a caça furtiva, e de encobrir os alegados crimes.

São vários os casos e as pessoas ouvidas pelo BuzzFeed que acusam a ONG de estar em envolvida em crimes de assassinato e abuso de poder. Um dos quais é revelado por Hira Chaudhary, mulher do agricultor Shikharam Chaudhary que terá sido detido e torturado, em 2006, por guardas florestais numa prisão junto ao parque nacional de Chitwan, no Nepal, acabando por morrer. “Eles espancaram-no impiedosamente e puseram-lhe água salgada no nariz e na boca”, contou Hira Chaudhary à polícia, segundo o BuzzFeed.

Os guardas acreditariam que Shikharam tinha ajudado o filho a esconder um chifre de rinoceronte no quintal da sua casa e, apesar de não terem encontrado provas, prenderam o agricultor que, nove dias depois, morreu. A autópsia revelou sete costelas partidas e hematomas em todo o corpo, com sete testemunhas a confirmarem que o nepalês tinha sido torturado até à morte.

À data, três funcionários do parque nacional de Chitwan foram detidos e acusados de homicídio. Mas avança o BuzzFeed que a WWF no Nepal, que há muito ajuda a financiar a equipa de guardas florestais e soldados que patrulham aquela área, rapidamente entrou em acção e fez lobbying para que os guardas não fossem a julgamento. O caso foi encerrado meses mais tarde, com a ONG a considerar que esta tinha sido uma vitória na luta contra a caça furtiva, chegando mesmo a

contratar um dos suspeitos.

Mas este não terá sido caso único, avança o BuzzFeed, que o considera “parte de um padrão que persiste até aos dias de hoje”, com a WWF a ser acusada de financiar e de fornecer material (incluindo equipamentos de alta tecnologia e armas), formação e salários a grupos militares na África e Ásia suspeitos de torturarem, espancarem, agredirem sexualmente e assassinares várias pessoas de comunidades indígenas.

Em 2017, avança ainda o mesmo jornal, guardas florestais de um parque fundado pela WWF em Camarões (no golfo da Guiné) terão torturado um rapaz de 11 anos à frente dos seus pais e, apesar de ter sido apresentada uma queixa à organização, a família continua sem resposta.

Os direitos humanos e a “importância de tal escrutínio”

O BuzzFeed lembra ainda que, apesar de o trabalho levado a cabo pelos guardas florestais ser, por vezes, perigoso (sendo que, em 2017, segundos dados revelados pelo mesmo jornal, quase 50 guardas foram mortos por caçadores furtivos em todo o mundo), os povos indígenas, encarados como o inimigo, estão a ser alvo de vários ataques por parte de algumas unidades mais violentas, acusando a WWF de encobrir os crimes.

A WWF afirma, por sua vez, em comunicado enviado ao BuzzFeed, que não tolera qualquer tipo de brutalidade por parte dos seus parceiros e que foi aberto um inquérito para averiguar os casos denunciados, reconhecendo a “importância de tal escrutínio”. “As violações dos direitos humanos são totalmente inaceitáveis e nunca podem ser justificáveis em nome da conservação”, diz a ONG, garantindo ainda que irá trabalhar junto das comunidades

indígenas para garantir que os seus direitos não são violados.

No próprio site da WWF, um porta-voz da organização ambientalista garante que as acusações serão tidas em consideração e solicita ao BuzzFeed que partilhe todas as provas e evidências obtidas para que a organização possa levar a cabo uma investigação própria, conduzida por especialistas em direitos humanos, sobre os abusos agora divulgados.

“Temos políticas rigorosas desenhadas para garantir que tanto nós como os nossos parceiros protegem os direitos e o bem-estar dos povos indígenas e comunidades locais nas regiões onde trabalhamos. Qualquer violação dessas políticas é inaceitável e, caso a investigação revele alguma, comprometemo-nos a agir rapidamente”, explica a WWF em comunicado.

Segundo dados disponibilizados pelo BuzzFeed, a organização não-governamental fundada em Zurique em 1961, com escritórios em mais de 40 países, arrecadou em 2017 mais de 767 milhões de euros, muitos dos quais através de doações.

Este é o resultado de uma investigação realizada ao longo de um ano em seis países, que tem por base mais de 100 entrevistas e a análise de milhares de documentos (alguns dos quais confidenciais), que, nas palavras do jornal, mostra os “danos colaterais” da “guerra global secreta da WWF”.

As queixas não se ficam por aqui. A ONG é também acusada de organizar missões contra a caça furtiva recorrendo a tropas de choque, de envolvimento em actividades ilegais (como o tráfico de armas) e espionagem e de assinar uma proposta de um director de um parque nacional (cuja localização não é referida) que aprovava a morte de qualquer pessoa que invadisse aquela área protegida.

20 horas.

“Levou mais tempo que o previsto porque os terroristas tinham reféns, e nossas equipes de segurança não podiam eliminar os civis junto com os inimigos”, declarou à imprensa o ministro de Informação da Somália, Dahir Geele, ao anunciar ontem o fim da operação.

Este é o ataque mais letal na capital depois do duplo atentado a bomba cometido pelo mesmo grupo jihadista em 14 de outubro de 2017, no qual morreram mais de 500 pessoas e outras centenas ficaram feridas.

Tornados matam mais de 20 nos EUA, onda de frio aproxima-se

Agentes de resgate vasculhavam destroços à procura de mais mortos e feridos depois que dois tornados sucessivos atingiram o Estado norte-americano do Alabama, matando ao menos 23 pessoas, disseram autoridades.

Texto: Agências

As tempestades causaram mais danos no condado de Lee, uma área que inclui Auburn, a maior cidade do Alabama, no domingo, destruindo numerosas casas e pontos comerciais. Há relatos de mais de 50 feridos, e o saldo de mortes deve aumentar.

Os tornados destruíram o condado de Lee com ventos de pelo menos 240 quilômetros por hora, ficando no ponto médio da escala Fujita, que meteorologistas usam para medir a força do fenómeno.

Mais de 50 pessoas ficaram feridas e o número de mortos deve subir, afirmaram autoridades. Isso poderá tornar a tempestade mais mortal que o tornado que destruiu Moore, no Estado de Oklahoma, em 2013, que matou 24 pessoas.

Imagens de emissoras de televisão e em mídias sociais mostraram árvores arrancadas e casas com paredes destruídas.

Enquanto isso, cerca de 25 centímetros de neve devem cair na área da cidade de Nova York na manhã desta segunda-feira devido à chegada de mais uma rajada de frio do Ártico, o que fez todas as escolas da metrópole fecharem e Nova Jersey declarar estado de emergência.

Ventos frios intensos provocarão a sensação térmica de 26 graus Celsius negativos em Chicago nesta segunda-feira, alertou o Serviço Nacional do Clima. As temperaturas reais ficarão em torno de 9oC negativos nesta segunda-feira. As aulas também foram canceladas ou adiadas em Boston, já que cerca de 18 centímetros de neve cairiam na manhã desta segunda-feira e depois se transformariam em granizo, disse Bob Oravec, meteorologista do serviço. “O inverno definitivamente ainda não acabou”, afirmou.

No Alabama, o xerife do condado de Lee, Jay Jones, disse que as operações de busca e resgate foram difíceis de madrugada. “O desafio é o volume enorme de destroços onde todas as casas estavam localizadas”, explicou ele em uma entrevista à CNN no domingo. “Nunca vi tanto, até onde consigo lembrar.”

As temperaturas do Alabama ameaçavam cair quase ao ponto de congelamento após os tornados, e milhares enfrentarão uma noite sem energia.

“Um ar mais frio varrerá o sudeste na esteira do clima severo, e as temperaturas baixarão a 1oC na direção sul, rumo ao centro da Geórgia e da maior parte do Alabama, na manhã desta segunda-feira”, disse Kristina Pydynowski, meteorologista do AccuWeather. “As pessoas sem energia que dependem de aquecimento elétrico têm que encontrar maneiras de se aquecer”, afirmou.

Japão vai proibir castigos físicos a menores

O Governo japonês vai rever as leis sobre a violência de menores depois de registrar uma série de casos de maus-tratos infantis em nome da disciplina. Em Fevereiro, o Comité dos Direitos da Criança da ONU instou o Japão a eliminar todas as formas de violência contra as crianças e a criar medidas mais eficazes para a denúncia destes abusos.

Texto: Público de Portugal

De acordo com as informações dadas por fontes governamentais à agência Kyodo, e citadas pelo El País, a legislação actual já proíbe os maus-tratos, mas não deixa claro que tipos de casos se podem considerar castigos corporais, deixando à consideração dos pais ou tutores legais dos menores a forma apropriada para impor disciplina.

O objectivo da revisão legislativa, que deverá ser levada a cabo pelo primeiro-ministro Shinzo Abe, é reforçar a autoridade dos centros sociais, garantindo-lhes mais competências para retirar as crianças a famílias onde sejam maltratadas. A acrescentar, a nova legislação deverá proibir qualquer tipo de castigo corporal a menores como veículo para a disciplina.

Na origem desta decisão estão dois casos que chocaram o país. Em Janeiro, uma menina de 10 anos morreu em Chiba depois de sofrer de maus-tratos pelos pais que a deixavam sem comer e sem dormir. Segundo o jornal espanhol, a investigação à morte da criança revelou que os serviços sociais, a escola e as autoridades locais estavam a par da situação.

Em Março do ano passado, o Japão testemunhou um caso semelhante. Uma menina de 5 anos morreu vítima de abusos continuados e negligência parental, em Tóquio. O padrasto já havia sido detido duas vezes por maltratar a criança e a mãe não deixava que os serviços sociais japoneses visitassem a menor.

Corpo de bebé de 7 meses é encontrado entre escombros de atentado na Somália

O corpo de um bebé de sete meses foi encontrado neste domingo entre os escombros de um hotel em Mogadíscio, três dias depois que um ataque com um carro-bomba, cometido pelo grupo jihadista Al Shabab, provocou a morte de 32 pessoas, informou nesta segunda-feira o veículo de informação somali “Garowe”.

Texto: Agências

O bebé, identificado pelas autoridades como Munasar Mohammed, estava junto de sua mãe, funcionária de um salão de beleza na rua Maka al Mukarama - uma das principais da capital - quando os terroristas fizeram explodir um carro-bomba em um hotel próximo e tomaram diversos edifícios.

Segundo a proprietária do salão, citada pelo “Garowe”, 16 pessoas estavam dentro de seu estabelecimento no momento do atentado, que deixou mais de 100 pessoas feridas.

O ataque causou a morte de 32 pessoas,

que foram transferidas para vários hospitais da capital somali, segundo as informações divulgadas à Agência Efe pelo serviço de ambulâncias de Amiin, o único gratuito que funciona em Mogadíscio, e fontes hospitalares.

Os militantes do Al Shabab atentaram contra o complexo hoteleiro de Maka al Mukarama, um dos mais prestigiados de Mogadíscio, e pouco depois tomaram - entre outros - um edifício vizinho de dois andares, onde ficaram entinchados e trocaram tiros com as forças de segurança por mais de

Autoridades do Iraque e Curdistão torturaram menores suspeitos de ligação ao Daesh

Autoridades do Iraque e do governo regional do Curdistão iraquiano detiveram, torturaram e acusaram menores suspeitos de ligação ao grupo extremista Daesh, acusou a organização Human Rights Watch (HRW) num relatório que divulgou nesta quarta-feira.

Texto: Público de Portugal

Segundo o relatório “Todos têm de confessar”: Abusos contra crianças suspeitas de ligação ao Estado Islâmico no Iraque” - que completa um outro já divulgado a 8 de Janeiro -, centenas de crianças e adolescentes foram acusados de terrorismo por suspeita ligação ao grupo jihadista. Os processos, diz documento, foram “frequentemente baseados em acusações duvidosas e confissões forçadas, obtidas sob tortura”, sendo muitos dos menores condenados em “julgamentos feitos à pressa”.

“Crianças acusadas de ligação ao Estado Islâmico estão a ser detidas e frequentemente torturadas e processadas, independentemente do seu real nível de envolvimento com o grupo”, disse Jo Becker, directora para a defesa os direitos das crianças da HRW, citada num comunicado sobre o relatório.

“Esta abordagem radical e punitiva não é justa e gera consequências negativas ao longo da vida para muitas destas crianças”, adiantou.

A Human Rights Watch calcula que, no final de 2018, as autoridades iraquianas e do governo regional do Curdistão tinham detidos 1500 menores por ligação ao Daesh.

Segundo o governo iraquiano, pelo menos 185 crianças estrangeiras foram condenadas a penas de prisão por acusações relacionadas com terrorismo.

Abandonados por Trump, curdos pedem ajuda a Assad e oferecem-lhe vitória

A organização de defesa dos direitos humanos entrevistou, em Novembro, 29 detidos pelas autoridades do Curdistão por ligação ao Daesh, com idades entre os 14 e os 18 anos, familiares de oito outros detidos, activistas e advogados.

O relatório dá conta de falhas

na identificação dos suspeitos, como o facto de terem o mesmo nome de alguém ligado de facto ao Daesh ou devido a denúncias de vizinhos feitas por questões pessoais, e na determinação do grau de envolvimento com os extremistas.

“Karim”, 17 anos, disse à HRW que foi detido na Primavera de 2017 porque o seu nome estava numa “lista de procurados”.

A maioria dos entrevistados pela HRW que admitiram uma ligação ao grupo justificou-a com a necessidade económica, a pressão do grupo ou da família, assim como com a fuga a problemas familiares ou a conquista de estatuto social. Alguns disseram ter trabalhado como guardas, cozinheiros ou motoristas.

O que é o Estado Islâmico?

“Salam”, 17 anos, disse que se juntou ao Daesh em Mossul em 2015, quando tinha 14, e que ganhava 65 mil dinares (cerca de 49 euros) por mês como cozinheiro. “Nunca quis lutar, por isso é que fiquei como cozinheiro”.

Entre os inquiridos houve quem negasse um envolvimento pessoal, admitindo ter familiares que pertenceram ao grupo extremista.

“Sami”, também de Mossul, contou que deixou a escola aos 13 anos para trabalhar numa fábrica e que o seu único envolvimento com o Daesh foi frequentar na mesquita um curso de 15 dias sobre o Corão.

A HRW indica também que após a detenção muitos dos menores foram torturados para se conseguirem uma confissão, adiantando que 19 dos 29 detidos pelo governo regional do Curdistão disseram ter sido alvo de tortura, como “espancamentos com tubos de plástico ou cabos eléctricos (...), choques eléctricos e posições de stress”.

“Tahir”, 17 anos, disse que os seus interrogadores lhe disseram: “Tens de dizer que foste do Daesh. Mesmo que não tenhas sido, tens de o dizer”.

“Karim” contou ter sido torturado e obrigado a confessar que fizera parte do grupo radical, bem como que os interrogadores lhe disseram que se negasse a confissão seria alvo de mais torturas.

Vários detidos pelas autoridades do Curdistão referiram terem dito a um juiz que a sua confissão tinha sido forçada através de tortura e que terão sido ignorados. A maioria dos inquiridos indicou não saber se teve advogado e que os seus julgamentos “não duraram mais que cinco ou dez minutos”.

Os detidos por suspeita de envolvimento com os jihadistas do Daesh temem ainda que o estigma com que ficam os torneos vítimas de ataques ou leve a uma separação da sua família e comunidade.

Lembrando que “a lei internacional reconhece as crianças recrutadas por grupos armados principalmente como vítimas que devem ser reabilitadas e reintegradas na sociedade”, a HRW recomenda às autoridades do Iraque e do governo do Curdistão que “alterem as leis antiterrorismo para acabar com a detenção e julgamento de crianças” apenas pela adesão ao Daesh.

A organização de defesa dos direitos humanos pede ainda “a libertação de todas as crianças que não cometeram outros crimes” e o fim da tortura, assim como a responsabilização dos que a utilizaram.

“O tratamento cruel das crianças por parte do Iraque e do governo regional do Curdistão parece mais uma vingança cega do que justiça pelos crimes do Daesh”, disse Becker.

Funcionários que não prenderam Guaidó foram detidos, diz a oposição venezuelana

Um grupo de funcionários da Guarda Nacional Bolivariana que estavam de serviço no Aeroporto de Caracas na segunda-feira foram detidos por não terem detido, como tinha sido ordenado pela Justiça venezuelana, o líder da oposição Juan Guaidó.

Texto: Público de Portugal

As detenções fora denunciadas na terça-feira à noite pela oposição venezuelana, que precisou que os detidos foram levados para o Forte de Tiuna, a principal base militar de Caracas.

A ordem de detenção contra Guaidó, emitida quando saiu do país para um périplo diplomático e voltou à Venezuela na segunda-feira, mantém-se.

José Luís Pirela, que faz parte da Comissão Permanente de Política Interior do parlamento venezuelano, onde a oposição é maioria e cujas funções foram anuladas pelo Presidente Nicolas Maduro, explicou no Twitter que “os funcionários recusaram deter Juan Guaidó”. Não precisou quantos foram detidos.

Juan Guaidó, que se proclamou Presidnete interino e foi reconhecido por 50 países, chegou ao aeroporto Internacional Simón Bolívar de Maiquetia onde foi recebido por uma multidão composta por apoiantes e embaixadores de vários países europeus e latino-americanos.

Entre os embaixadores europeus estava o de Portugal, Carlos Nuno Almeida de Sousa Amaro, confirmaram fontes diplomáticas à agência Lusa.

Ao fazer a viagem, o líder da oposição contornou a proibição de saída do país decretada pela justiça venezuelana por estar em curso uma investigação relacionada com a sua autoproclamação como Presidente interino, arriscando-se a ser detido quando regressasse à Venezuela.

A crise política na Venezuela agravou-se em 23 de Janeiro, quando Juan Guaidó se autoproclamou Presidente da República interino e declarou que assumia os poderes executivos de Nicolás Maduro.

Nicolás Maduro, no poder desde 2013, denunciou a iniciativa do presidente do parlamento como uma tentativa de golpe de Estado organizada pelos Estados Unidos.

Guaidó anunciou também na terça-feira à noite que os trabalhadores da Administração Pública venezuelana vão realizar uma greve contra o Presidente Nicolás Maduro e para reivindicar vários direitos.

“Vamos fazer uma greve escalada [que vai subindo de intensidade] na administração pública, uma decisão proposta pelos próprios trabalhadores que não querem cooperar com o regime”, disse após reunir-se com membros de vários sindicatos venezuelanos e representantes dos funcionários públicos.

Disse ainda que, como Presidente interino, vai ordenar que seja feita uma lista de “trabalhadores despedidos por razões políticas”. “Todos esses despedimentos e toda essa perseguição política contra os trabalhadores fica automaticamente sem efeito, porque toda a autoridade usurpada é nula”, disse.

“O jogo mudou na Venezuela. Estamos a ouvir atentamente os nossos trabalhadores, respeitando os direitos sindicais e tabelas salariais (...) vamos trabalhar pelos contratos coletivos e tabelas salariais justas, por sindicatos livres e autónomos”, afirmou.

O Presidente interino marcou mais uma jornada de protestos para sábado - Maduro respondeu apelando aos apoiantes do regime socialista bolivariano para saírem em massa à rua no mesmo dia.

Desporto

Liga dos Campeões Europeus: Ajax elimina Real Madrid com goleada

O Ajax da Holanda conseguiu um grande resultado nesta terça-feira na Liga dos Campeões da Europa em futebol, após marcar como visitante 4 a 1 sobre o Real Madrid, deixando pelo caminho o vencedor das últimas três edições do torneio.

Texto: Agências

A equipe espanhola, liderada pelo argentino Santiago Solari, venceu a primeira partida por 2 a 1 e estava mais perto de avançar para os quartos de final.

Os problemas da equipe espanhola aumentaram quando Viničius Junior saiu do campo chorando depois de se machucar, após perder uma chance clara de gol.

A derrota completou uma semana terrível para o Real Madrid, que também foi eliminado pelo Barcelona na quarta-feira, no Santiago Bernabéu, da Taça do Rei.